

# Diário do Legislativo de 21/09/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 205ª Reunião Especial - Realização do Ciclo de Debates "Surdos no Trabalho: Dê Ouvidos a essa Idéia"

1.2 - 260ª Reunião Extraordinária

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

### 4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 205ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 26/8/2002

Presidência do Deputado Luiz Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Primeiro painel: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Federal Maria Elvira - Palavras do Sr. Rodrigo Malta - Palavras do Sr. Luiz Alberto Ribeiro Vieira - Palavras da Sra. Marta Silva - Palavras da Sra. Maria Claret - Palavras do Sr. Jairo Fernando de Oliveira - Segundo painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. João Diniz Pinto Júnior - Palavras da Sra. Adriana Meirelles de Mello - Palavras da Sra. Fabíola Fernanda do Patrocínio - Palavras do Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Palavras da Sra. Rejane Mary Assumpção - Palavras da Sra. Janete Maria Ferreira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Agostinho Patrús - Amilcar Martins - Bilac Pinto - Fábio Avelar - Gil Pereira - João Paulo.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Bilac Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Primeiro Painel

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa para o primeiro painel os Exmos. Srs. João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG, representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Deputada Federal Maria Elvira; Marta Silva, titular da Superintendência de Assistência Social de Minas Gerais, representando a Secretária de Estado do Trabalho, da Assistência Social da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Sra. Thereza Delamare Franco Neto; Luiz Alberto Ribeiro Vieira, Secretário Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, representando o Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fernando Pimentel; Rodrigo Malta, representando o Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS -, Sr. Antônio Mário Sousa Duarte; Maria Claret, representando a Presidente da Congregação dos Deficientes Auditivos de Beagá - CODABE -; Jairo Fernando de Oliveira, Presidente da Cooperativa Padre Vicente de Paulo Penido Bournier Ltda - COPAVI -; Celso Gonçalves Beker, representando o Vice-Reitor da UFMG, Professor Marcos Viana; e Sandra Iza de Almeida Ramos, Diretora de Planejamento e Pesquisa, representando a Superintendente da Coordenadoria Estadual de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente - CAADE.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates "Surdos no Trabalho: Dê Ouvidos a Essa Idéia".

#### Palavras do Sr. Presidente

Componentes da mesa, participantes deste debate que acorreram ao Plenário da Assembléia de Minas na manhã desta segunda-feira, telespectadores que nos acompanham através da TV Assembléia em todos os quadrantes do Estado, minhas senhoras e meus senhores, nas pesquisas de opinião pública sobre as questões que mais preocupam a população brasileira, o desemprego sempre aparece como um dos problemas que devem ser prioritariamente solucionados pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A diminuição das oportunidades de emprego nos mais diversos setores da economia brasileira resulta de fatores como o aumento da produtividade das empresas, em virtude da utilização de novas tecnologias; o baixo índice de crescimento econômico decorrente dos mecanismos adotados para conter o descontrole dos preços; e os efeitos perversos da globalização.

Como conseqüências dessa situação, podemos citar o aumento do contingente de desempregados, o empobrecimento de boa parte da população, o crescimento da economia informal e a necessidade de maior qualificação para quem disputa uma vaga no mercado de trabalho.

Diante desse quadro adverso é que nos reunimos neste ciclo de debates para discutir a questão dos surdos no trabalho. A primeira coisa que nos pode vir à cabeça, naturalmente, é que, se o emprego está difícil para os trabalhadores que não possuem nenhum tipo de deficiência física, estará ainda mais escasso para aqueles que carregam alguma limitação nesse aspecto, como os que têm problemas auditivos.

Não deixam de ter razão os que são induzidos a pensar assim, devido, em parte, às dificuldades de formação profissional da população surda, da falta de informações e do preconceito que ainda existe em relação à sua capacidade de trabalho.

Aos que se deixam levar por essa impressão, cabe lembrar uma constatação puramente lógica: uma pessoa surda é tão capaz como qualquer outra na execução de determinadas tarefas, desde que estas não exijam o funcionamento perfeito dos órgãos auditivos.

São inúmeras as atividades, na maioria das empresas, que podem ser perfeitamente realizadas pelos portadores de problemas auditivos. É comum o fato de os surdos, por sua maior capacidade de concentração, apresentarem maior produtividade que seus colegas de trabalho considerados normais.

É o que acontece, por exemplo, e com freqüência em trabalhos nas áreas de serviços gráficos, bancários, administrativos e de digitação, substancialmente ampliada nos últimos tempos, devido aos múltiplos usos da computação, especialmente com a disseminação da Internet.

Também é notória a competência dos surdos em funções docentes, como instrutores ou professores em escolas freqüentadas por outros surdos, em atividades ligadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e na integração com professores das classes comuns, por meio da língua portuguesa escrita.

Uma série de trabalhos especializados, vinculados a profissões específicas, exigirá também dos surdos maior especialização. Isso nos remete a uma questão fundamental: a educação. A propósito, atenta a esse aspecto e atendendo a demandas de instituições vinculadas à comunidade surda, a Assembléia Legislativa realizou, em dezembro do ano passado, o Ciclo de Debates A Educação Que Nós, Surdos, Queremos.

É importante que o sistema de ensino para a população surda seja voltado para a qualificação profissional, assim como para o desenvolvimento da sociabilidade, da criatividade e do potencial cognitivo, que também são pressupostos para um trabalho qualificado. Tais premissas são indispensáveis para que os portadores de deficiência auditiva possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, adquirir independência econômica e, conscientes de seus direitos e possibilidades, exercer plenamente sua cidadania.

Na questão do trabalho, esta Casa Legislativa já se manifestou há algum tempo, quando aprovou uma legislação que, ao reconhecer a LIBRAS como uma língua do nosso povo, obrigou a imediata contratação de intérpretes da linguagem de sinais, para todas as repartições públicas do Estado, isto é, em todas repartições que tivessem contato com o público, como hospitais, delegacias, escolas, etc. Esta lei, de iniciativa do então Deputado Dirceu Pereira, atual Prefeito de Ribeirão das Neves, é de 1991, quando foi promulgada pelo então Governador, Dr. Newton Cardoso. Lei fundamental, que até hoje não havia sido cumprida.

Conseqüência natural da mobilização e das discussões abertas nesta tribuna, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social já analisa propostas para qualificação e requalificação profissional para o cumprimento imediato dessa legislação.

Todo trabalho de natureza política só tem sentido se traduzir reivindicações autênticas, verdadeiras e se se fizer oportuna. Nosso debate de hoje está profundamente enraizado nas discussões do primeiro ciclo de debates, quando centramos nosso foco na questão educacional.

Reunimos naquela ocasião profissionais do mais alto nível que vieram de várias regiões do Brasil e contamos com a presença de representantes do Governo do Estado e de Belo Horizonte, além de especialistas e respeitáveis educadores.

A maturidade e a força da comunidade dos surdos está na sua consciência do muito que poderá alcançar e de que não mais poderá abrir mão. Os senhores e as senhoras que aqui estiverem ainda guardar a bela lição que nos deu a professora e pedagoga Karen Lilian Strobel, que tratou da construção da identidade do surdo. Um resumo daquelas palestras está sendo distribuído aqui, neste recinto. Vocês poderão se recordar das fortes palavras de Karin Strobel, que dizia: "Se a pessoa não tem identidade, não tem língua. É impossível integrar-se em uma sociedade maior. O surdo que aprende a língua de sinais e que freqüenta associações e escolas, enfim, participa da comunidade dos surdos irá desenvolver opiniões mais seguras, será mais ativo e construirá uma identidade surda".

As atividades públicas tornam-se saudáveis e crescem quando as comunidades organizadas e legitimamente representadas, através de interlocutores autorizados e capacitados, discutem seus problemas e, munidos de uma estratégia de luta, avançam em suas conquistas.

Na volta à comunidade, sempre devemos apresentar um balanço. O que fizemos? Qual o caminho percorrido? O que fazer?

Acredito, senhoras e senhores, que estamos caminhando com passos firmes e seguros. Temos entidades fortes e organizadas.

Vamos, agora, segundo o convite da Assembléia Legislativa, do Centro de Educação e Estudos em LIBRAS da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - CEEL - FENEIS -, da Clínica-Escola Fono, da CODABE e da COPAVI, discutir as experiências das pessoas surdas no mercado de trabalho, enfocando seu êxito profissional e os resultados positivos que têm proporcionado tanto às empresas privadas como às instituições públicas.

Nosso objetivo é, a partir dos relatos e das idéias, colher sugestões para subsidiar ações legislativas e executivas para uma melhor integração dos surdos à vida em sociedade.

Os avanços tecnológicos, como o telefone para surdos, fax, celular e Internet, ampliando a independência, abrem, por sua vez, a discussão da igualdade de oportunidades. Isso tudo acontecendo em uma sociedade profundamente desigual.

Venho do Norte de Minas, região de um povo muito marcado, onde as desigualdades estão presentes, desde o início da história de Minas, há pouco mais de três séculos, onde, entretanto, o povo se organiza e resiste. Quer mudar, criar o seu próprio mundo, que é um mundo diferente desse que temos.

Nosso povo tem grande identidade com a luta de todas as comunidades que têm a sua sobrevivência fortemente ligada à consciência da necessidade de uma luta organizada, disciplinada e permanente. Nossa força está na unidade, na solidariedade e na nossa capacidade de avançarmos um pouco todos os dias, na busca de novas oportunidades de trabalho, de sobrevivência e de melhores dias para os nossos filhos.

A sociedade que temos é a sociedade que construímos. A construção dessa sociedade e desse nosso Estado é uma decisão de cada cidadão, de cada um de nós. Não podemos nos esquecer, em nenhum momento, desse nosso maior compromisso de dedicar todo nosso esforço à conquista de uma sociedade melhor, exemplo desse esforço, desse compromisso e dessa luta que é a luta da comunidade dos surdos do Estado de Minas Gerais.

É necessário também que se cumpra a legislação que reserva um percentual de vagas, tanto nas empresas privadas quanto no serviço público, para as pessoas portadoras de deficiência e que se faça a devida divulgação de sua capacidade de trabalho.

Agradecemos a presença dos expositores, debatedores e demais participantes deste encontro e a todas as pessoas e instituições que contribuíram para realizá-lo, especialmente as entidades de apoio, deixando uma mensagem para os agentes públicos e econômicos: os surdos precisam apenas de oportunidade para mostrar a sua competência. Muito obrigado.

#### Palavras da Deputada Federal Maria Elvira

Exmo. Deputado Luiz Tadeu Leite, que preside a solenidade de abertura deste importante evento, em que a Assembléia Legislativa dá o seu testemunho de preocupação e de respeito às questões de cidadania e, de forma mais específica, discute com a sociedade e os maiores interessados, os portadores de deficiência auditiva, seus problemas e suas reivindicações, seus sonhos, buscando uma inclusão social cada vez maior, de acordo como deve ser a civilização humana.

Todos os aparentemente excluídos devem ser incluídos por respeito à cidadania e com profunda solidariedade humana. Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa e o Deputado Antônio Júlio, na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite, que tem sido, sem dúvida alguma, um dos baluartes desta Casa, no enfoque e no tratamento dessas questões.

Deputado Luiz Tadeu Leite, tive oportunidade de ler seu artigo neste "folder" do Ciclo de Debates A Educação Que Nós, Surdos, Queremos. Achei muito interessante você simular um sonho em que vivencia a deficiência auditiva. Esse artigo tocou-me muito.

Ao cumprimentar a Assembléia Legislativa, quero dizer que na Câmara Federal há vários projetos em estudo que foram apresentados às comissões permanentes da Casa e tratam de novas posturas sociais, das políticas públicas em relação ao portadores de vários tipos de deficiência. Sou autora de dois projetos sobre o sistema braile para os portadores de deficiência visual.

Ao representar a Câmara, quero, como parlamentar, manifestar pública e politicamente a nossa mais profunda preocupação, o nosso mais profundo compromisso com essa bandeira, com essa causa, que, além dos direitos humanos, trata de uma profunda questão de cidadania.

Lembro-me de uma viagem feita ao Japão. Era muito jovem e fiquei profundamente encantada e surpresa ao ver que todos os sinais de trânsito da cidade de Tóquio tocavam música para facilitar a vida dos deficientes visuais, que podiam atravessar a rua.

Um professor japonês dizia que se conhece o desenvolvimento de uma civilização pela maneira como trata os seus velhos e os portadores de deficiência. Concordei plenamente com isso, porque um Estado, uma nação, um município, um organismo público precisa estar profundamente preocupado com todas essas questões. O pensamento desse professor japonês é de grande sensibilidade.

Quando procurei o ex-Governador Newton Cardoso, em seu governo, levei-lhe um documento solicitando a reforma do Instituto São Rafael, e ele, na mesma hora, acolheu a solicitação e mandou orçamentar. Poucos meses depois, dentro do projeto BH 90, todo o Instituto São Rafael foi reformado, ampliado e equipado. Isso mostra que o nosso partido se preocupa, bem como outros partidos, como o PT, com os direitos humanos e a formação de cidadania entre os portadores de deficiência.

Colocando-me como candidata a Vice-Governadora, quero dizer que gostaria de receber todas as sugestões, reivindicações e propostas de leis que eventualmente não estejam sendo cumpridas, como muitas vezes acontece.

Quero receber, dentro do nosso projeto de plano de governo, essas informações, para que possamos segui-las.

Agradeço ao Deputado Luiz Tadeu Leite e parabênizo a Assembléia Legislativa por essa iniciativa. Cumprimento os nossos irmãos portadores de

deficiência, o que em nada diminui a sua cidadania, muito pelo contrário, sentimos por vocês o mais profundo respeito pela luta que empreendem por seus direitos e cidadania. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Rodrigo Malta

O Sr. Rodrigo Malta (interpretado pela Sra. Adriana Meirelles de Mello) - Represento o Presidente da FENEIS, Antônio Mário Souza Duarte. Parabenizamos a Mesa, o Deputado Luiz Tadeu Leite e o Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa, por toda sua luta. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Federação Mineira Desportiva de Surdos, Paulo Santiago, e o Presidente da Associação de Surdos.

É muito bom ver toda a comunidade surda representada aqui. Este é um momento muito importante. Gostaria de parabenizar de forma muito especial o Presidente do IPSEMG, com quem temos o maior contrato. Através desse contrato podemos mostrar a plena capacidade do surdo. Gostaria, ainda, de parabenizar a Prefeitura, que mantém contrato com um órgão de representação de surdos, e de lembrar que existe uma lei muito antiga, que já foi citada aqui, mas que nunca havia sido cumprida. Agora, ela está merecendo uma atenção maior. Acredito que ainda falta muito. Hoje, este debate vai abrir um espaço maior, e vamos perceber as mudanças que ocorreram quanto à inserção do surdo no mercado de trabalho.

A FENEIS parabeniza a todos os presentes - surdos e ouvintes - que aqui estão participando desta discussão conosco. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Alberto Ribeiro Vieira

Bom dia. Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite. Senhores e senhoras presentes neste Plenário, vou ser breve, mesmo porque acho que a fala do Deputado Luiz Tadeu Leite no início desta solenidade expressou de forma importante e quase concludente o nosso pensamento, não somente em relação aos portadores de deficiência auditiva, mas pela necessidade de inclusão social dos portadores de deficiência de maneira geral. Independentemente da existência ou não de legislação que garanta de alguma forma direitos e inclusão social aos portadores de deficiência, entendo que o nosso trabalho é mais de conscientização e de mudança cultural quanto ao preconceito ainda existente contra os portadores de deficiência.

Penso - até por uma questão de interesse comercial e produtivo e independentemente da questão da inclusão social - que as empresas ainda não despertaram para o fato de que a execução de determinados trabalhos pode ser feita por deficientes, mesmo se analisarmos do ponto de vista comercial, porque eles conseguem produzir mais e com mais qualidade do que os cidadãos ditos normais. Acho que este evento tem uma importância muito grande, não somente para buscarmos novas formas de inclusão dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, mas para retirar propostas de conscientização e de mudanças de cultura do empresariado e do próprio poder público, em seus três níveis de governo. É um prazer estar aqui. Tenho a certeza de que, tanto quanto a cartilha do primeiro ciclo de debates que vocês tiveram, deste também vai sair um ótimo produto sobre a questão da empregabilidade dos portadores de deficiência. Muito obrigado. Que vocês tenham um bom trabalho durante este seminário.

Palavras da Sra. Marta Silva

Bom dia a todos. Em nome da Secretária do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado e os demais participantes deste evento. Nós, da SETASCAD, somos responsáveis por três políticas públicas muito importantes para a população de Minas Gerais: as políticas de trabalho, de assistência social, da criança e do adolescente. São políticas sociais relevantes e de proteção para a população de Minas Gerais. O próprio Deputado já falou sobre o esforço empreendido pela SETASCAD para que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - financiem a profissionalização de pessoas com necessidades especiais e portadoras de deficiência auditiva. Precisamos de muitas iniciativas públicas e privadas para conseguir a promoção e a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.

O Deputado falou com muita clareza sobre o conturbado mercado de trabalho e sobre o conturbado momento econômico que nosso País, e, conseqüentemente, o Estado de Minas Gerais, vêm passando. No esforço que empreendemos aqui por iniciativa da Assembléia Legislativa, queremos reconhecer essa necessidade, garantir o direito à cidadania e promover a inclusão de todas as pessoas portadoras de deficiência, especialmente o deficiente auditivo.

Parabenizo a Assembléia Legislativa pela promoção deste debate e os movimentos de portadores de deficiência auditiva que construíram todo o processo para que culminasse neste grande encontro estadual. Muito obrigada. Bom dia.

Palavras da Sra. Maria Claret

Bom dia a todos. Meu nome é Maria Claret. Estou aqui representando a Presidente da Congregação dos Deficientes Auditivos de Belo Horizonte, que não pôde estar presente por motivo de doença. Primeiramente, cumprimento todos os membros da Mesa, expositores, participantes e, em especial, a Assembléia Legislativa, e demais representantes do Legislativo. Quero direcionar minha fala para quatro pontos. Primeiro, a Assembléia Legislativa está abrindo este espaço para discutirmos questões ligadas ao trabalho do surdo. Tomo a liberdade de dizer que acho que a Assembléia faria um grande investimento se possibilitasse às empresas contratar e investir em postos de trabalho para os surdos.

Em segundo lugar, solicito ao Ministério Público do Trabalho, cujo papel é fazer cumprir a lei, que oriente as empresas a contratar funcionários através das nossas entidades. Elas estão prontas para formar essa mão-de-obra de surdos e inseri-los no mercado de trabalho. Obrigada pela presença de todos.

Palavras do Sr. Jairo Fernando de Oliveira

Bom dia. Cumprimento toda a Mesa e agradeço o convite para participar deste ciclo de debates.

Fico muito satisfeito em saber que os senhores estão se preocupando com o trabalho dos surdos, o que é muito importante para todos nós.

Como Presidente de uma cooperativa de trabalho, o meu maior interesse é que as cooperativas não sejam discriminadas.

Agradeço a presença de todos os Presidentes de associações e entidades e empresários. Muito obrigado.

Segundo Painel

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG, representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Adriana Meirelles de Mello, Gestora de Pessoas Surdas; Fabíola Fernanda do Patrocínio, psicóloga do Centro de Integração de Deficientes Rogéria Amato - SESI - CIRA -, representando a Presidente, Sra. Maria Cristina Abreu Rodrigues Reis; Romeu Kasumi Sassaki, Consultor de Inclusão Social; Rejane Mary Assumpção, especialista em Educação Especial; e Janete Maria Ferreira, técnica em Epidemiologia e Informação da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte.

### Palavras do Sr. João Diniz Pinto Júnior

Sr. Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades da Mesa, trabalhadores presentes, parceiros, é um prazer participar deste encontro e apresentar alguns resultados de uma parceria do IPSEMG com os surdos por meio da FENEIS.

Trazemos uma mensagem do Governador Itamar Franco, que foi a primeira pessoa a dar autorização para que pudéssemos consolidar esse trabalho que mantemos há quase dois anos.

Com tantas autoridades trabalhando diuturnamente para a inserção dos surdos no mercado de trabalho, tarefa maior coube a mim, pois não sou especialista no assunto. Vi nisso uma oportunidade para que pudéssemos apresentar os resultados dessa parceria.

Não sei se todos têm conhecimento, mas, quando assumimos o IPSEMG em janeiro de 1999, o Instituto tinha se distanciado da sua missão institucional e, conseqüentemente, não levava, como deveria, serviços de qualidade aos servidores públicos para a área da concessão de benefícios previdenciários e para a área de assistência à saúde.

Quando iniciamos o nosso trabalho, estabelecemos um planejamento estratégico que buscava ordenar as ações do Instituto para que a convergência fosse o resgate da instituição à sua missão institucional, beneficiando, assim, aqueles que esperavam os serviços oferecidos por ele. Num primeiro momento, um dos pontos desse planejamento estratégico era a recomposição da força de trabalho necessária do quadro setorial de cargos do Instituto para que, diante dos programas de demissão voluntária ocorridos anteriormente, pudéssemos suprir a carência de pessoal. Esse era um processo que se iniciava, mas não de resultado imediato. Na realização do concurso público, reservamos 10% das vagas, como determina a legislação em vigor, para os portadores de deficiência. Enquanto caminhávamos para reordenar as atividades-fins do Instituto, encontramos um grande problema: as atividades de suporte, de apoio. Se algumas das nossas necessidades estavam previstas no quadro setorial de cargos, outras não estavam. Não procuramos inseri-las porque eram atividades com maior rotatividade e em que a demanda por serviços não tinha frequência normal. Buscamos, então, suprir essa carência por meio da parceria com a FENEIS, levando para a instituição esse importante trabalho. Vamos mostrar agora como vocês têm colaborado para que a instituição tenha 85% de satisfação dos servidores públicos.

Inicialmente, firmamos um contrato de prestação de serviço de mão-de-obra de cargos não contemplados no quadro de pessoal do IPSEMG. Isso se deu a partir de uma experiência anterior. Quando assumimos o IPSEMG, ele não cumpria alguns dispositivos constitucionais, como a atualização dos benefícios de pensão - como se estivessem vivos as pensionistas e os servidores e houvesse a inclusão de maridos e companheiros. Noventa e cinco mil maridos ou companheiros recorriam ao Instituto para que pudessem ter direito aos seus serviços e benefícios. Isso gerou um congestionamento em nossa área de cadastro. A PRODEMGE, em parceria com a FENEIS, disponibilizou alguns digitadores surdos para atualização do serviço acumulado na seção de identificação e cadastro, acabando, assim, com as enormes filas. Pudemos constatar o grande potencial dos trabalhadores surdos, que também poderiam contribuir em outras unidades do Instituto, notadamente no Hospital Governador Israel Pinheiro, na Superintendência Odontológica e até no interior do Estado.

A oportunidade desses profissionais no mercado de trabalho era muito importante, porque, para nós, era uma satisfação grande verificar que o IPSEMG, que tem uma missão social, estava executando uma outra missão social, ou seja, contribuindo para o direito à cidadania. Dessa forma, com a inserção dos surdos no mercado de trabalho, colaborando no cumprimento da nossa missão, estávamos ampliando também o universo de atuação da instituição. Como conseqüência disso, celebramos esse contrato em setembro de 2000.

Como foi a recepção dos surdos na instituição? No primeiro momento, houve alguns problemas localizados em poucos segmentos. Por que isso ocorreu? Por causa da grande produtividade dos surdos. Isso, de certa maneira, incomodava alguns poucos servidores que ainda não estavam engajados num planejamento estratégico e num programa de gestão por resultado. Temos procurado desenvolver um serviço público diferente, em que a qualidade e a busca do resultado são objetivos permanentes. Com persistência, procuramos buscar esses objetivos. Hoje os trabalhadores contratados são bem recebidos, elogiados e requisitados devido à grande concentração e dedicação ao trabalho. Produzem um resultado eficiente e eficaz. Recebo várias cartas, na Presidência, de reconhecimento, parabenizando a forma como os surdos executam seu trabalho. No contato com o público, isso tem sido reconhecido e levado à Presidência do Instituto de Previdência.

A importância da parceria para os surdos, em nosso entendimento, seria a integração social, o exercício da cidadania, com melhores condições de vida, oportunidades de aprendizagem para aqueles que se iniciam no mercado de trabalho, reconhecimento da capacidade profissional. A importância para a FENEIS seria a oportunidade do cumprimento de um dos objetivos do Instituto, tendo o IPSEMG como o maior contratante no Estado de Minas Gerais. A importância da parceria para o IPSEMG seria, em primeiro lugar, o cumprimento da sua responsabilidade social, a inclusão e a integração dos surdos na sociedade e no mercado de trabalho, a melhoria do atendimento aos beneficiários, com agilização da prestação de serviço. Aqui cabe um exemplo: na área previdenciária, em que há um grande contingente de surdos colaborando no trabalho da instituição, a agilidade foi grande, bem como a implementação de mecanismos-padrões operacionais. Isso propiciou ao surdo trabalhar de maneira mais coordenada e viabilizou ao IPSEMG o recebimento da certificação ISO 9002. O IPSEMG concedia pensão em 1 ano e 2 meses. Hoje ela é concedida em 30 dias, se a documentação estiver correta.

O atendimento de metas do programa de gestão por resultados: de dois em dois meses, fazemos o acompanhamento desses resultados, e o trabalho dos surdos também colabora para isso.

No quadro de trabalhadores da FENEIS, temos 154 trabalhadores, mas, diante de algumas mudanças, de remanejamentos, o IPSEMG já teve contratos com 2.226 trabalhadores.

Quanto às categorias previstas no contrato, aquelas que não constam no plano de carreira do IPSEMG, no quadro setorial de cargos: podemos verificar que, de todas as necessidades que não constam no plano do IPSEMG, apenas uma não é feita em parceria com a FENEIS e, conseqüentemente, com os surdos. É o caso do ascensorista. Em todas as outras - pintor, eletricista, bombeiro, servente, pedreiro, serralheiro, estofador, auxiliar de escritório, operador de arquivo, operador de microfilmagem, ajudante de copa, ajudante de expedição e de manutenção, auxiliar de cozinha, auxiliar de laboratório, auxiliar de almoxarife, contínuo e auxiliar de costura - há parceria com os surdos.

Vamos a alguns depoimentos que colhemos dos surdos, para sentir, se do ponto de vista deles, os resultados eram satisfatórios. Também incorremos em alguns erros, porque, aproveitando o resultado do trabalho dos surdos, algumas vezes desvirtuamos suas ações internamente.

É um problema para o qual estamos atentos. As chefias, até inconscientemente, diante de uma ansiedade na prestação de um serviço, desviam as funções dos surdos. Então, para eles, houve maior aceitação dos ouvintes, maior respeito das pessoas, melhoria no relacionamento interpessoal, retorno financeiro, melhoria na convivência com outras pessoas, oportunidade de aprendizado no trabalho, crescimento profissional e oportunidade de mostrar a capacidade. Sentem que são admirados e valorizados, sentem-se à vontade, felizes, satisfeitos e integrados e ainda têm o compromisso e a responsabilidade de contribuir para que outros surdos sejam contratados e bem aceitos.

Alguns exemplos dessa parceria, mostrando, efetivamente, os resultados que alcançamos: na seção de reprografia, por exemplo, serviços solicitados fora da rotina eram entregues no dia seguinte. Hoje, todos os serviços, de rotina ou fora de rotina, são entregues no mesmo dia, apesar do aumento de demanda. Na seção de protocolo, há uma média diária de 700 protocolos. Todo o serviço solicitado pela manhã era cadastrado à tarde; o da tarde, no dia seguinte. Atualmente, todos os protocolos são feitos no mesmo dia, apesar também do aumento da demanda diária.

Na Divisão de Arrecadação e Fiscalização, tínhamos, em abril de 2000, oito servidores do IPSEMG e seis servidores da FENEIS. Antes do início daquele trabalho, havia mais ou menos 300 mil contas a serem digitadas. Isso significava a participação do servidor público no custeio de alguns serviços oferecidos pela instituição que ficavam acumulados e não incluídos no cadastro. Era, portanto, uma receita que o Instituto perdia.

Em dezembro de 2000, em consequência desse trabalho, os mesmos oito servidores do IPSEMG e os seis trabalhadores da FENEIS digitaram 337.764 contas, o que significou uma arrecadação de R\$27.445.080,59. Essa era a receita que ficava parada, que não era recebida e, conseqüentemente, não podia reverter em benefício do servidor público. O gráfico mostra que, em dezembro de 1999, a arrecadação média era de R\$931.000,00. Vejam o salto que deu.

Na Seção de Manutenção e Reparos: o Hospital do IPSEMG tem 520 leitos em funcionamento, operando em sua capacidade máxima. É normal que uma cama se quebre, que uma cadeira de rodas estrague e que apareçam pequenos serviços para um serralheiro. Para resolver esses probleminhas, tínhamos de iniciar um processo de contratação que, na maioria das vezes, levava, no mínimo, 30 dias. Com o serralheiro surdo da FENEIS, realizamos o reparo em um dia.

Uma infiltração em parede ou mesmo o desgaste normal da pintura inviabilizava a abertura de um apartamento, de um quarto ou de uma enfermaria. Podia cair reboco ou casca de pintura no paciente. Levávamos dez dias para fazer esse tipo de reparo em um quarto apenas. Atualmente, com o pintor surdo, gastamos apenas dois. A duração do trabalho de um marceneiro passou de cinco dias para um.

Na Seção de Identificação e Cadastros, havia acumulados 29 mil formulários de atualização de cadastros, entrando 14 mil novos por mês. Quando assumi a Presidência do IPSEMG, levávamos dois anos para entregar uma carteira ao assegurado. Hoje, com o trabalho de 12 surdos no setor, entregamos a carteira no mesmo dia, em 15 ou 30 minutos, no máximo.

Para obter tais resultados, o IPSEMG despense mensalmente 0,05% de sua arrecadação, ou seja, R\$30.000,00 por mês.

É importante que todos saibam que os surdos são capazes e eficientes. O IPSEMG tem acreditado nisso, e eles têm correspondido à nossa expectativa de maneira exemplar.

Encerro minha fala, convidando-os a refletir sobre uma frase de Charles Chaplin: "Que nossos esforços desafiem as impossibilidades. Lembraivos de que as grandes proezas da história foram conquista do que parecia impossível".

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. João Diniz, aqui representando o Governador Itamar Franco, pela dedicação e pelo empenho com que tem presidido o IPSEMG. Revelou-se o melhor Presidente que a instituição já teve e deu uma demonstração de sua sensibilidade para com a causa dos surdos, ao propiciar o convênio entre a FENEIS e o IPSEMG. Essa iniciativa, tenho certeza, será vista como uma das grandes realizações do Governo Itamar Franco. Em nome da Assembléia Legislativa, registro nossa alegria de tê-lo à frente do IPSEMG.

Palavras da Sra. Adriana Meirelles de Mello

Falarei de minha experiência de nove anos na área de recursos humanos.

- Exibe transparência de campanha publicitária que valoriza a capacidade de trabalho do surdo.

Essa campanha, veiculada em Belo Horizonte no começo de 2000, foi doação de uma agência publicitária da Bahia a determinada instituição. Conclui com a afirmação: "Contratar um surdo não é uma boa ação; é um bom negócio". É muito interessante, porque o enfoque assistencialista que, até então, era dado ao surdo mudou para a valorização do trabalho que ele é capaz de oferecer às empresas.

Em Belo Horizonte, a FENEIS, a COPAVI, a CODABE e outras instituições que representam o surdo e trabalham pela sua inserção no mercado de trabalho beneficiaram-se com essa campanha. O gráfico de crescimento de vagas em empresas ocupadas pelo surdo mostra que os números aumentaram ano a ano, de 1994 até 2002. Os dados foram fornecidos pela FENEIS pela COPAVI e pela CODABE.

Em 1994, atuavam a FENEIS e a COPAVI, e havia 100 surdos inseridos no mercado de trabalho em Belo Horizonte. Em 1995, havia 88; em 1996, 136; em 1997, quando começou a atuação da CODABE, o número subiu para 220; em 1998, 294; em 1999, 313; em 2000, 456; em 2001, 554, e, em 2002, 721. O salto de 313 para 456 se deveu, certamente, à campanha publicitária que veiculou no início de 2000.

Apesar do crescimento visível da inserção do surdo no mercado de trabalho, os números ainda são pequenos, se pensarmos na população economicamente ativa de Belo Horizonte.

Esses 721 surdos que foram inseridos por meio dessas três instituições representam 0,054% da população economicamente ativa em Belo Horizonte, estimando o censo de 2000, divulgado em 2002, que 1,6% da população apresenta alguma baixa auditiva – surdez leve, severa, moderada ou profunda. Ou seja, 0,054% é muito pouco, considerando-se a capacidade, a produtividade e os benefícios que os surdos trazem para as empresas. Poderiam dizer que, nesses 721, não se contemplam todas as instituições que fazem esse tipo de inserção. É verdade, mas, se pensarmos que o SESI inseriu 79 surdos em 2001, o número de surdos inseridos no mercado de trabalho em 2002 pularia para 800 surdos, o que equivale a 0,060% da população economicamente ativa. Podem dizer também que há os que conseguem um trabalho particular, por contratação direta da empresa. Também é verdade, mas, se pensarmos que no máximo 200 pessoas estariam nessa situação, pela dificuldade de comunicação – e apenas por isso -, chegaríamos a 1.000 surdos inseridos no mercado de trabalho em 2002, o que equivale a 0,070% da população economicamente ativa de Belo Horizonte. Reafirmo que é muito pouco, principalmente se pensarmos nos benefícios que esses surdos trazem para as empresas.

Hoje, os surdos estão mais escolarizados, mais independentes, mais participativos, mais politizados, mais informados, mais sociais. São extremamente produtivos, se inseridos na vaga certa e se forem feitos um bom treinamento e uma boa preparação. Agora, o ganho maior que um surdo traz para a empresa está no relacionamento interpessoal. Temos ouvido com frequência que a presença do surdo humaniza a empresa - as pessoas se tornam mais tolerantes e valorizam mais as próprias vagas, talvez porque os surdos, por experimentarem menos oportunidades, valorizam mais as vagas; então, o índice de absenteísmo e o "turn over" das empresas diminuam. Apenas para ilustrar, vemos aqui o testemunho de uma empresa em que, além de o surdo trabalhar bem, com boa qualidade e boa produtividade, há um benefício que não é mensurado: o de relacionamento e de satisfação. Esse relato é de Maria Aparecida Gamallo, do Setor de Apoio Administrativo do IPSEMG: "O aprendizado tem sido uma via de mão dupla, pois os surdos se têm mostrado muito comprometidos em provar que são qualificados e confiáveis e, acima de tudo, que não existem barreiras para quem está disposto a colocar em prática o que sabe e repassar conhecimento em forma de produção e de um bom relacionamento". Foi o IPSEMG que, de iniciativa própria, trouxe-nos esse relato.

Há aqui outro relato, publicado em um livro do Ministério Público em que se fala sobre deficiência. É um gestor de uma multinacional que diz: "Sem nenhuma dúvida, o principal efeito da contratação de um portador de deficiência é a irradiação de sentimentos positivos. Temos a certeza, pelos depoimentos citados, que os colaboradores de nossa empresa passaram a ter maior orgulho, maior satisfação e maior compromisso com a empresa, pois notaram que esta valoriza o aspecto humano em seu grupo de princípios e valores. Vivenciando essa realidade, recomendamos que todas as empresas contratem pessoas portadoras de deficiência, porque hoje temos o privilégio de conviver com um ser humano especial, que a cada dia nos ensina uma coisa nova". Acho que isso não tem preço; é uma contribuição imensurável. E todas as empresas que experimentam parcerias com instituições de inserção de surdos no mercado de trabalho nos têm dado esse retorno e nos falado dessa satisfação.

Sabemos que esse tipo de contratação não cabe em qualquer empresa: é preciso haver uma cultura voltada para isso. Essas empresas são aquelas que valorizam a diversidade humana; são empresas que estão atentas ao mercado e às suas mudanças e que querem estar em contato com diferentes culturas, umas das quais a cultura dos surdos. Penso que seria interessante estarmos atentos a isso. Não há como fugir dessa realidade, dessa mudança do mercado, dessa diversidade humana, e, hoje, o mercado valoriza muito o aspecto humano e o relacionamento de trabalho.

Para finalizar, vou lançar mão de uma fala da Viviane Senna: "Há empresas que despertam suas sensibilidade para a questão social e concluem que fazer o bem dá lucro, e outras há que acham que fazer o bem é bom, portanto esse horizonte mercadológico deixa de ser objetivo fundamental. Nesse caso o foco é a responsabilidade social por si: é mais do que fazer um bom projeto; indo além, é democratizar a democracia; é ser participativo."

Espero que todas as empresas que estejam nos ouvindo sejam participativas e se beneficiem com a qualidade da mão-de-obra dos surdos e com o relacionamento que o surdo tem a oferecer a essa empresa. Obrigada.

Palavras da Sra. Fabíola Fernanda do Patrocínio

Bom-dia a todos. Estou representando a Gerente do SESI-CIRA, Maria Cristina, que, por motivos de saúde, não pôde comparecer a este debate.

O SESI-CIRA é uma entidade ligada ao SESI e tem o objetivo de contribuir para a promoção da inclusão social da pessoa com deficiência. Temos outras atividades além da colocação profissional, mas hoje isso constitui o foco principal da unidade.

Inicialmente, gostaria que refletíssemos sobre uma frase que considero da maior importância, está na Declaração Universal do Direitos Humanos: "Todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e em direitos". Essa frase é muito forte e se torna ainda mais forte se, avaliando nosso contexto social, percebemos que ela ainda está apenas no papel; que os seres humanos são livres, mas que a dignidade ainda não está sendo promovida para todas as pessoas. Então, acho que, nesta oportunidade que a Assembléia nos proporciona, de debater sobre a questão da deficiência - e este não é o primeiro nem será o último ciclo de debates que aqui se realiza -, devemos ter o objetivo de fazer com que essa frase da Declaração Universal dos Direitos Humanos passe a ser efetiva entre nós.

Bem, nossa missão é promover a inclusão social das pessoas com deficiência, acidentados no trabalho e doentes ocupacionais, quer sejam eles industriários, quer sejam seus dependentes, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício de sua cidadania. Com o esclarecimento de nossa missão, deve ter-lhes sido possível perceber que não trabalhamos apenas com a deficiência auditiva. E, além de trabalharmos com pessoas com deficiência congênita ou adquirida, trabalhamos com um público um pouco diferenciado, composto de pessoas acidentadas no trabalho ou com doença ocupacional.

Vou mostrar-lhes alguns números, embora eles já possam ter variado, porque crescem semanalmente. Atualmente, temos em nosso cadastro geral - com cadastro geral, quero-me referir às pessoas que nos procuram para todos os tipos de serviços: esporte, odontologia ou serviço social; a colocação tem um banco de dados à parte - 2.700 pessoas; 670 candidatos à colocação ou à recolocação; e 450 pessoas que já fizeram o curso de preparação para o mercado de trabalho, de que falarei um pouco mais à frente. Temos ainda uma carteira de clientes composta de 70 empresas, representantes dos diversos segmentos - da indústria, da siderurgia, da metalurgia, da mineração, do comércio e da construção civil, entre outros.

Mostramos aqui a metodologia de trabalho para fazermos a colocação. Em primeiro lugar, quando a empresa nos procura, tentando dar início a um trabalho conjunto, fazemos a apresentação no trabalho. No início, quando o CIRA foi criado, ele tinha um caráter extremamente clínico; mas, de 1998 para cá, passou a trabalhar mais com as questões sociais e do trabalho; de inclusão, mesmo. O fato é que, no início, era preciso que tivéssemos um grande movimento em direção às empresas - devíamos bater à sua porta e pedir espaço. Hoje, por mais que ainda façamos esse movimento, as empresas também nos procuram muito. Então, esse processo acabou se invertendo um pouco.

A metodologia propriamente dita começa com um diagnóstico funcional do local de trabalho, pelo qual identificamos, nas áreas das empresas, quais são as compatibilidades. Fazemos uma apreciação das diferentes deficiências e das exigências intrínsecas a cada função, com o objetivo de avaliar a adequação de uma à outra. Às vezes, chegamos a determinada área em que, pela própria estrutura arquitetônica, não é conveniente encaminhar uma pessoa com deficiência física, mas, por outro lado, um surdo faria um excelente trabalho e se sentiria confortável nesse local.

A palestra de sensibilização é uma das etapas importantes, porque é quando as áreas serão preparadas para receber a pessoa com deficiência. Nessa palestra, fica claro para nós que a maioria das dificuldades que os colegas de trabalho teriam ali são causadas pela desinformação. Essa exposição tem, então, o objetivo de desmitificar este tema, que, para muitas pessoas, ainda parece um bicho-de-sete-cabeças: a deficiência.

Quanto ao recrutamento, na verdade fazemos uma pré-seleção mesmo, por considerarmos que as pessoas com deficiência devem participar dos processos seletivos nas empresas como qualquer outra participante. Ela passa pelos mesmos critérios de avaliação adotados pela empresa. Uma vez admitida essa pessoa, ainda continuamos fazendo o acompanhamento por um tempo, e o próprio portador de deficiência nos vai indicando a sua duração.

Vou falar de forma separada sobre esse curso, que é o treinamento. Consideramos que hoje ele prepara muito a pessoa para o momento da procura do emprego. Uma vez por mês, procuramos as pessoas cadastradas em nosso banco de dados, e as entidades parceiras do CIRA também nos encaminham seus candidatos, que passam por um treinamento que vai tratar de questões muito próprias do trabalho mesmo.

Enumerei alguns temas que são discutidos nesse curso. A "empregabilidade" já caminhou para a "trabalhabilidade". Qual a diferença entre ambos? O que devemos fazer para cuidar da nossa "empregabilidade" e para sermos desejados nesse mercado tão competitivo?

A participação nos processos seletivos se dá desde a elaboração do currículo, junto com a pessoa, até às orientações sobre como ela vai se comportar numa entrevista, numa dinâmica de grupo, num ambiente da empresa, a postura, o relacionamento. Determinados grupos que passam por esse treinamento demandam até questões mais básicas, como higiene pessoal, como se vestir adequadamente, etc.

O "marketing" pessoal e a auto-estima são outro ponto que julgamos importante porque essas pessoas que passam pelo treinamento estão desempregadas há muito tempo, na maioria das vezes. E o que ocorre com quem está desempregado, independentemente de ser portador de deficiência? Há uma tendência muito grande de queda na auto-estima, de achar que já não tem jeito, que acabou, que já não há possibilidade. Realizamos um trabalho para resgatar a auto-estima e fazer com que a pessoa confie em si mesma.

O projeto de vida é outra questão que trabalhamos, assim como o planejamento financeiro e o familiar. Muitas pessoas com deficiência passam a ser economicamente ativas com uma idade já relativamente avançada, mais de 30 anos. Aqueles temas têm o objetivo de orientar as pessoas a acompanhar suas finanças, fazer o orçamento familiar, e assim por diante.

Quando trabalhamos essa questão no treinamento, realizamos uma atividade com as pessoas: fazê-las pensar em como está a sua auto-estima e de que maneira percebem o mercado de trabalho. Trouxe dois depoimentos de pessoas com deficiência auditiva, sendo uma de 35 anos. Ela fez uma representação mediante uma modelagem: uma flor com um sol; mas a flor estava murcha, e ela explica por quê: "Sempre vem aquela dúvida na cabeça da gente. Será que eles querem mesmo contratar? Ou é só devido à lei? O mercado de trabalho é como o sol que se abre, mas o preconceito faz a flor murchar". Ela representa essa flor murcha como o preconceito que faz murchar a pessoa que vislumbra uma oportunidade.

O outro depoimento também é de uma deficiente auditiva. Ela não tem perda total, tem bom desenvolvimento verbal, mas carrega consigo um peso muito grande pelo fato de ser portadora de deficiência. E, no seu histórico de vida, fica muito claro que a família tentou de todas as formas que ela acompanhasse as pessoas que não tinham deficiência, e na verdade ela nunca se assumiu como pessoa que possui uma deficiência. Hoje está fazendo um estágio numa empresa que atendemos, e, na etapa do acompanhamento - estive lá em agosto -, ela se abriu comigo, falando desse fardo que sente quando é apresentada como uma pessoa com deficiência. Ela diz: "Eu me sinto insegura quando tenho de dizer a outras pessoas que tenho deficiência auditiva. Raramente dizia às pessoas que tenho esse tipo de deficiência, primeiramente porque não é visível, e também por medo de as pessoas serem preconceituosas comigo, ou seja, de me tratarem de uma forma diferente por acharem que eu realmente não entendia nada do que elas diziam. Quando comecei a trabalhar, fazendo parte do programa Aprendiz, meu chefe ou meus companheiros de trabalho me apresentavam a outras pessoas como estagiária do programa Aprendiz. E era um choque. Sentia-me completamente insegura, ficava vermelha, e todas as pessoas perguntavam que deficiência eu tinha. Depois percebi que essa é uma maneira de vencer esse preconceito comigo mesma e aprendi que as pessoas têm de gostar de mim do jeito que sou. É muito difícil para mim, mas cheguei à conclusão de que, se não for agora, que tenho essa oportunidade, mais tarde poderá ser mais sofrido. Mas não superei completamente esse medo, acredito que será com o tempo". Esse final do depoimento dela já é parte do que lhe temos dito, é a oportunidade de ela se assumir como pessoa deficiente e não sofrer tanto para se igualar aos demais.

No caso de deficiência auditiva, as maiores dificuldades que encontramos hoje envolvem a questão da comunicação, mas alguns exemplos bem-sucedidos que temos tido com algumas empresas nos mostram que é possível comunicar-se com o surdo, mesmo quem não conhece a língua de sinais. Temos experiência de surdos em indústrias, pessoas que estão há mais ou menos seis meses trabalhando, e os colegas já conversam o básico, do dia-a-dia, com os próprios sinais da língua. O surdo vai ensinando, e existe a disponibilidade das pessoas em querer aprender.

Uma coisa que temos feito e que tem trazido benefícios é o seguinte: na etapa do diagnóstico, chegamos à empresa, às vezes entrevistamos uma pessoa que realiza determinada função, e ela nos diz que o telefone lá é imprescindível. Aí questionamos se o "e-mail" não substituiria o telefone. Temos conseguido, com essa sensibilização, fazer com que as áreas entrem em acordo com outros colegas que podem atender ao telefone, que seria o único empecilho ali. E a pessoa trabalharia normalmente como qualquer outra.

Esse relato de Paula ainda é muito carregado de medo, de sofrimento, de desconfiança. Na verdade, essa desconfiança e esse medo são muito compartilhados pelas pessoas que têm a deficiência. É o medo, por exemplo, de uma pessoa chegar numa cadeira de rodas a um restaurante e encontrar uma escadaria enorme para subir. Ou então o próprio surdo que é convidado a ir a determinados ambientes, mas tem medo de não ser entendido. Como a deficiência auditiva não é visível, a pessoa às vezes passa por constrangimentos pelo fato de o outro não perceber que ela tem uma limitação. Quanto a esse medo, acredito que nós, que fazemos colocação de pessoas com deficiência, em determinados momentos passamos por ele também, porque vejo que, a cada dia, há um desafio a ser vencido, mas, tenho a certeza pela nossa experiência, que também poderemos compartilhar isso que é muito gratificante no final.

Para concluir a minha fala, direi um pensamento muito bonito de Shakespeare, que nos encoraja a continuar nessa luta: "Depois de algum tempo, você aprende que realmente pode suportar, que realmente é forte e que pode ir muito mais longe, depois de pensar que já não se pode, realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida". Essa frase é muito marcante. Tentamos, em nosso dia-a-dia, fazer com que ela esteja presente na vida das pessoas que têm deficiência, que elas possam se reconhecer como pessoas de muito valor e pessoas que podem fazer a diferença no contexto social onde vivem. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Romeu Kasumi Sasaki

Bom-dia a todos. Cumprimento, na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite, todos os responsáveis pelo sucesso do ciclo de debates anterior e também por este de hoje, que já se configura como um sucesso. É uma honra estar presente, fazendo parte desta Mesa com os profissionais que preferirão palestras. O tema é o mesmo: a inclusão do surdo no mercado de trabalho. De minha parte, darei um pouco mais de enfoque ao modelo, ao paradigma da inclusão, o que realmente muda com a inclusão em relação a todas as práticas anteriores na colocação de pessoas, seja com deficiência auditiva, seja com qualquer outra característica pessoal. Muito do que direi hoje é resultado de uma reflexão, de uma vivência de 42 anos em que estive fazendo colocação no mercado de trabalho, além de um trabalho junto à área de educação. Trabalho e educação sempre estiveram juntos na minha profissão. Nestes 42 anos, mudei o que pensava e defendia, ao longo do tempo, até que hoje estou defendendo o paradigma da inclusão, o melhor que existe até hoje. Quem sabe daqui a alguns anos surgirá um outro paradigma melhor ainda? Por enquanto, esse é o melhor e está na crista da onda, no mundo inteiro e também no Brasil. Falei que a educação está sempre ligada ao trabalho. Aqui há uma cena brasileira de uma escola inclusiva, ou seja, uma escola que foi toda modificada para acolher e receber toda a diversidade humana, não apenas pessoas com deficiência, mas também pessoas com outras características que foram motivo de exclusão social até hoje e que agora são participantes.

Aqui, está a intérprete da língua de sinais, a única aluna surda. Todos os demais são ouvintes, e, nessa escola, todos os alunos ouvintes já

aprenderam língua de sinais. Isso ocorre em todas as escolas inclusivas. Então, a pessoa surda não tem problema nenhum de estudar, de brincar, de conversar, de fazer trabalho junto a outros alunos, enfim, ela está totalmente à vontade porque todos conseguem se comunicar entre si. Isso tem uma influência muito grande no mercado de trabalho. Imagine essas pessoas todas que já, nessa idade, convivem com pessoas, no caso surdas, que crescerão, se tornarão adultas e futuramente chefes, diretores, políticos, governantes já com essa convivência positiva, tendo aprendido a viver com as diferenças existentes na diversidade humana.

Muito do que direi a vocês, pessoas surdas especificamente, afeta outros segmentos populacionais. Então, escolhi, para simbolizar, a questão da deficiência auditiva, a surdez, mas com um fato real ocorrido há 4 mil anos e que está registrado nessa foto de uma ossada humana de uma jovem de 18 anos. Há 4 mil anos, ela foi acometida pela poliomielite e nunca conseguiu andar. Ela morreu com 18 anos e foi encontrada no meio de 140 esqueletos humanos em uma vala comum. Hoje, isso está ocorrendo no Brasil. Temos milhões de pessoas pobres com essa deficiência, como essa moça, excluídas da sociedade, que não tiveram acesso à educação, à saúde, ao trabalho, nada. Elas tiveram uma péssima qualidade de vida e morreram precocemente com 18 anos. Também, naquela época, no Egito, encontramos uma reprodução em baixo-relevo de um príncipe egípcio que também teve poliomielite, como essa moça. Ele tem seqüelas: a perna direita mais fina, o pé pendurado, mas ele teve acesso à tecnologia: esse bastão que lhe permitiu exercer a sua função: ser príncipe. Além disso, ele estava cercado de poder, de luxo, de escravos. Teve acesso a médico, é claro. Assim também é o Brasil, onde temos pouquíssimas pessoas ricas, com grande poder aquisitivo, em que a deficiência de alguém da família não é problema algum, porque são muito ricos. Ao mesmo tempo, temos pessoas pobres e temos que combater essa desigualdade social. Não adianta só discutir o que fazer no mercado de trabalho, o que fazer para que empregadores contratem mais pessoas com deficiência. Não podemos brigar dentro de um cubículo esquecendo todo o contexto social, econômico, político e cultural. Então, também temos no Brasil pouca gente que tem tudo e muita gente que não tem nada. A inclusão é o caminho para eliminarmos essa desigualdade social.

Pessoas com deficiência no Brasil, em um número conservador, são 17 milhões. Na idade economicamente ativa, de 14 a 60 anos, temos mais de 11 milhões. Juntando os de 60 anos, que ainda também continuam ativos, temos 14 milhões, 15 milhões de pessoas na idade economicamente ativa. No entanto, sabemos, pelos próprios dados do Governo Federal, que apenas 3% desse grande contingente de 17 milhões tem acesso a algum sistema de saúde, de educação e de reabilitação. Apenas 510 mil pessoas em todo o Brasil. Devemos acabar com essa desigualdade, essa injustiça social e não brigar apenas por mais uma vaga, mais duas vagas aqui, mais dez vagas ali. Devemos mudar todo o modelo. Assim, já não haverá discussão sobre o número de vagas, porque a sociedade se tornará mais justa para com todos.

Dessas 510 mil pessoas, algumas entrarão no mercado de trabalho. É claro que as pessoas que não estão nesses 3%, que nunca passaram por educação, trabalho, saúde e reabilitação, também poderão estar no mercado de trabalho, e estão, por outros motivos, meios. Temos que ver a diferença entre a integração profissional e a inclusão profissional. Por que está demorando tanto para que o mercado de trabalho se abra não só para os surdos, mas para todos? É muito importante este debate, este ciclo de estudos específicos na área da surdez porque, com este movimento, com esta pressão, a repercussão levada daqui será uma pressão para a sociedade ver que mais um segmento está lutando, reivindicando os seus direitos. Essa luta dos surdos se junta à luta de tantos outros excluídos socialmente. Então, há uma grande luta que se trava hoje no Brasil.

O que é integração? É o processo de preparação de pessoas com deficiência para que elas possam ser inseridas em uma empresa despreparada para conviver com elas. Temos lutado durante 50 anos para colocar pessoas com deficiência. Há 42 anos estou só fazendo colocações, incluindo a de pessoas surdas. Estamos somente atrás de vagas anunciadas, vagas que chegam a nosso conhecimento. Vamos correndo para a empresa para preencher aquelas vagas, lutando contra tudo que é preconceito, barreiras físicas, arquitetônicas, etc., para conseguir 1, 2, 10 ou 20 vagas.

Esse modelo de apenas encaixarmos pessoas, por mais bem qualificadas que estejam profissionalmente, é um processo lento. Ele não é errado, mas é ineficaz, lento, é varejo de mais, é uma colocação e depois outra. Precisamos avançar para o modelo da inclusão profissional, o processo da adequação da empresa às necessidades dos seus funcionários, devendo, entre esses funcionários, estar presentes pessoas com deficiência para que todos os funcionários, uma vez nela incluídos, possam trabalhar, receber treinamento continuado e ser promovidos. Então, estamos lutando muito mais para que, ao mesmo tempo que pessoas surdas tenham melhor qualificação profissional, melhor escolaridade, dois fatores extremamente importantes - sempre foram, mas daqui para frente serão cruciais -, mostremos à empresa que não é só oferecer vagas supostamente adequadas para pessoas com deficiência. Esse é outro grande perigo que temos corrido. Todos perguntam: "Que funções o surdo é capaz de exercer?". Querem saber da listinha. Todos nós nos restringimos àquela listinha pequena de 10, 20, 30 funções que os surdos já provaram ser capazes de desempenhar. Não podemos ficar nisso. Temos que abrir esse leque. Isso seria só com a inclusão profissional, que é a modificação da empresa como mostrarei daqui a pouco.

Temos que realmente seguir o conceito de rejeição zero. O Brasil já entrou nesse conceito, incorporando-o em nossa legislação. Ele consiste em não rejeitar uma pessoa para qualquer finalidade, por exemplo, o emprego, o assunto de hoje, com base no fato de uma pessoa possuir uma deficiência ou por causa do grau de severidade da sua deficiência. Temos hoje leis em que esse conceito já faz parte da nossa legislação, das políticas públicas.

- Procede-se à exibição de fotografias.

Aqui está um senhor cego, com deficiência nos quatro membros e também no tronco. Ele só pode estar nessa posição, ou seja, deitado de costas. Ele aqui está trabalhando. Mas não poderia trabalhar nunca, em lugar algum. Que empresa contrataria esse senhor, que só pode ficar nessa posição, deitado, com as duas pernas encolhidas? Sua pele é seca, ele é cego. Ele ouve, fala, mas não mexe nada. Que função poderia exercer? Ninguém lhe atribuiria uma função. Mas, quando a empresa se adaptou a ele, com essa tecnologia, que ele aciona através desse apoio no bastão, consegue acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, ligar e desligar computador, ar-condicionado, televisão, atender a telefone. Qual é sua função? Ele é psicólogo. Isso não é maca, é sua poltrona. Foi fotografado atendendo clientes.

É preciso que a empresa esteja disposta a mudar. Empresas que assim o fazem não se importam com a lei das cotas, ou seja, com essa porcentagem de 2% a 5%. Extrapolam esses números. Contratam pessoas com deficiência, não porque a lei mandou, mas porque querem e acreditam nessas pessoas. Mas não adianta só acreditar. É preciso tomar medidas concretas para modificar a empresa, para que pessoas como esse cego possam trabalhar.

Aqui está uma professora em cadeira de rodas. Ela tem paralisia cerebral e não tem voz. Não aciona a própria cadeira de rodas, mas vai poder trabalhar. Digita o teclado do computador com a língua. Suas mãos são travadas, e suas pernas também não funcionam. Prepara as aulas no computador, leva o disquete para a escola, onde abre o monitor, e consegue dar aula sem falar nada.

Esse é um surdo cego. Essa máquina se adapta ao monitor do computador, que tem os pinos da linguagem braille. Trabalha normalmente na empresa, desde que a empresa esteja disposta a proceder às adaptações.

Esse senhor, no Japão, tem má-formação congênita. Seus braços não funcionam, seus pés também não; apenas o dedão do lado esquerdo. A única adaptação necessária é colocar o teclado no chão, para que possa digitar. A partir daí, é um digitador como outro qualquer. Aliás, ele não é digitador, é programador de computador e também analisa projetos.

Quando falamos em inclusão dos surdos, devemos colocar o surdo dentro da diversidade humana. Não podemos pensar que só abrindo vagas para pessoas surdas esteja resolvido o problema. Pelo contrário, quando abrimos vagas para a diversidade humana, estamos abrindo para todo o mundo, inclusive os surdos. Hoje, a empresa moderna, inclusiva, que não está preocupada com a lei, porque extrapola as cotas, acredita que a diversidade humana traz benefícios para a própria empresa, que se torna mais rica, mais competitiva e criativa, graças à diversidade humana. Cada pessoa, diante de sua especificidade, contribui para a riqueza, com mais qualidade e diversidade em soluções de produção e relacionamento.

Além da diversidade humana, há as diferenças individuais, que decorrem de idade, combinação única de inteligências múltiplas com estilo de aprendizagem, temperamento, aptidões, ou seja, toda a parte psicológica. Trabalhamos com o pressuposto de que nenhum surdo é igual a outro surdo, nenhum cego é igual a outro cego, nenhum negro é igual a outro negro. Todos somos diferentes, biopsicossocialmente falando. Não podemos pensar em medidas por atacado, em uma medida para todos os surdos, como se todos fossem iguais. Seria prejudicial, injusto e ineficaz, e não daria resultado, porque os surdos, assim como as outras pessoas, são todos diferentes.

Essa é uma capa da revista "Exame", que publicou uma grande reportagem sobre o poder da diferença e analisou várias empresas brasileiras que já adotam tudo o que falei até agora, ou seja, contratam pessoas com deficiências, surdas ou não, de acordo com a idéia de que a empresa se beneficia com a riqueza da sua força de trabalho, da qual fazem parte pessoas com deficiência.

Mostro aqui uma proposta que muitas empresas já estão adotando. Tenho orgulho de dizer que sou consultor da Telemig Celular, que iniciou esse projeto. Todas as empresas têm um programa destinado a implementar medidas de contratação de pessoas com deficiência. O projeto poderia se chamar Pessoas com Deficiências no Local de Trabalho. Os objetivos seriam assegurar que pessoas com deficiências tenham oportunidades iguais nos locais de trabalho, sejam surdos ou não.

Melhorar as perspectivas de emprego com pessoas com deficiência. Promover locais de trabalho seguros, acessíveis e saudáveis.

Garantir que os custos das empresas relacionadas às deficiências de empregados sejam reduzidos.

Maximizar a contribuição que os trabalhadores com deficiência podem dar à empresa. Esse último item é um dos mais importantes. Quando abordamos o empregador, nosso objetivo não é só dar oportunidade às pessoas com deficiência, para que possam ter emprego, qualidade de vida, possam trabalhar e ser felizes. Acrescentamos também os ganhos da empresa, para mostrar que a inclusão é boa para todo o mundo.

No Brasil temos até leis demais. O que falta é o respeito e o cumprimento a elas. Nem todas as leis são boas. Muitas delas estão ultrapassadas e precisam ser atualizadas. Mas, enquanto for lei, tem de ser cumprida. Tomara que sejam realmente boas.

Os documentos mundiais reforçam nossa tendência de adotar a inclusão, e não a integração. A "Carta para o Terceiro Milênio", de 1999, está totalmente atualizada. As leis que se basearem nessa carta estão na crista da onda, estão entre as últimas conquistas na área de pessoas com deficiência. A outra é a "Declaração de Madrid", muito mais nova, de 2002, que traz realmente a última conquista, a fronteira da conquista mais moderna, mais atual, de acordo com a nova filosofia, de acordo com o movimento das pessoas com deficiência no Brasil e em qualquer lugar do mundo. São preceitos importantíssimos. Essa declaração está sendo divulgada no mundo inteiro.

Outro aspecto desse projeto são os princípios. Duas práticas gerenciais possibilitam que os trabalhadores com deficiência contribuam para a empresa e, ao mesmo tempo, desenvolvam valiosa experiência pessoal. Temos que mostrar sempre os dois lados: o trabalhador ganha, mas a empresa também ganha, ninguém está fazendo favor. A empresa que acha que precisa obedecer a lei da reserva de vagas, que diz que fará isso somente porque a lei a obriga, tem que se lembrar que, na verdade, ganhará muito com isso.

O sucesso do trabalho de pessoas deficientes ocorre quando suas necessidades especiais são corretamente atendidas pela empresa. Quando um competente trabalhador vem a ter deficiência - porque nem todos entram na empresa deficientes -, sua retenção pode dar à empresa benefícios resultantes da economia nos custos de tratamento e pagamento de seguro, tempo parado, feita mediante boas práticas gerenciais. Ao mesmo tempo em que muitas empresas não querem contratar pessoas com deficiências, também demitem pessoas que não eram deficientes, mas que ficaram deficientes por acidentes de trabalho ou doença ocupacional e são descartados simplesmente.

Outro aspecto importante são os conceitos. Temos vários conceitos, como, por exemplo, práticas gerenciais com a deficiência, ajustamento, adaptação no trabalho, análise do trabalho, condições de trabalho, local de trabalho, estação de trabalho, estrutura de projeto, recrutamento, promoção, avanço, retenção de emprego. Já falei sobre tudo isso rapidamente.

Equiparação de oportunidades. Não queremos favor nenhum de ninguém, toda a sociedade ganha e as empresas também, se a sociedade, as empresas, as escolas, os espaços urbanos, todos os locais físicos da sociedade puderem atender a essa pressão para que haja a sensibilidade para todos. Esse conceito é de 1981, portanto já o estamos implantando há 21 anos. Nossas últimas leis e decretos já trazem esse conceito incorporado, assim como está nas declarações mundiais. Tudo isso faz parte de um esforço da ONU, que quer construir uma sociedade inclusiva até o ano 2010 e, a partir da Resolução nº 45, de 1991, nunca mais o número foi o mesmo.

"Empoderamento" é o processo pelo qual uma pessoa utiliza o poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas, decidir por si mesmo e assumir o controle de sua vida. Esse é um aspecto crucial, porque, tradicionalmente, nós, técnicos, especialistas, sem deficiência, familiares sem deficiência, temos decidido pela pessoa do deficiente, pelo nosso cliente, nosso aluno, nosso filho, temos, com boas intenções, com a melhor das intenções, anulado o poder pessoal das pessoas deficientes, a quem atendemos. Nós é que fazemos escolhas, decidimos por eles e assumimos as conseqüências. Hoje as próprias pessoas, deficientes ou não, estão usando o poder pessoal, estão se "empoderando" para dirigir a própria vida, no contexto onde estuda, trabalha e vive com a família.

Todos os funcionários poderão aprender se acolhermos os diferentes tipos de aprendizagem e as inteligências múltiplas. Então, estamos adotando uma nova teoria de inteligências e de aprendizagem para que todos possam aprender e funcionários da empresa possam ser promovidos por intermédio de cursos.

Mostrarei rapidamente essas oito inteligências que todos nós temos e que, graças à aplicação dessa teoria por empresas e escolas inclusivas, todos estão conseguindo aprender. O que a empresa inclusiva pode fazer para se tornar acessível? Temos conceitos de acessibilidade. Acessibilidade arquitetônica significa ausência de barreiras ambientais físicas. Acessibilidade atitudinal significa ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Acessibilidade comunicacional significa ausência de barreiras na comunicação interpessoal. No caso do surdo, a LIBRAS e outras formas de comunicação são importantes, mas também para pessoas com paralisia cerebral, etc. Acessibilidade metodológica significa ausência de barreiras nos métodos e nas técnicas de trabalho. Acessibilidade instrumental significa ausência de barreiras nos instrumentos e nas ferramentas de trabalho. E, finalmente, acessibilidade programática, que é aquela em que não há barreiras invisíveis, embutidas em políticas, normas e regulamentos da empresa.

Vejam quantas coisas a empresa precisa fazer, e não pode se queixar, porque tudo isso são investimentos. A empresa melhora a produtividade,

a imagem, o ambiente de trabalho e a criatividade; ganha demais e extrapola, volto a dizer, a lei das cotas. Mas, diante de tudo isso, temos uma frase, com a qual quero encerrar, que diz que a questão fundamental é a atitude. Se há algo que você deseja fazer, comece a procurar meios de consegui-lo. Se há algo que você não deseja fazer, comece a procurar desculpas para não fazê-lo. Então, diante dos desafios de um mercado de trabalho justo, livre, acessível, inclusivo, temos que nos lembrar desta frase. Dá trabalho? Pode ser. Mas, se queremos que existam empresas assim, que uma sociedade seja inclusiva e aberta a todos, é preciso fazer todas aquelas seis acessibilidades que mostrei.

Aqui está o telefax e o e-mail para, eventualmente, entrarem em contato comigo. Terei muito prazer em responder perguntas feitas por intermédio de e-mail. Muito obrigado.

#### Palavras da Sra. Rejane Mary Assumpção

Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, amigos surdos. Também sou surda. Tenho dificuldades visuais e auditivas. Contarei um pouquinho sobre mim. Nasci numa família grande. Sou do Paraná. Sou a mais velha de nove filhos. Quando minha mãe me esperava contraiu rubéola, pensando que era uma simples alergia. Nasci com deficiências auditiva e visual. Aos 7 anos contrai sarampo. As seqüelas agravaram as deficiências. Foi uma degeneração progressiva. Não foi fácil enfrentar o ambiente em que vivia, por causa da marginalização, que ainda existe. Essa é uma realidade da sociedade brasileira.

Segurando nas mãos de Deus segui o meu caminho. Fui crescendo, estudei em bons colégios, fiz bons cursos. Sou formada pela Universidade Federal do Paraná, com licenciatura em matemática e bacharelado em estatística. Depois, fiz pós-graduação em educação especial. Atualmente, sou professora no Estado do Paraná. Mas não foi fácil. Tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Durante os estudos na faculdade, tive necessidade de copiar dos meus colegas a matéria ditada pelos professores, a fim de ficar no mesmo nível que eles. Mas também os meus colegas enfrentaram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

Passei nos concursos para professor nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Apesar de haver passado nos testes, como os demais ouvintes, as juntas médicas de ambos os Estados não aceitaram o meu ingresso, por ser deficiente auditiva e visual. Em Santa Catarina, procurei a junta médica de Florianópolis, solicitando segunda avaliação. Os três médicos que estavam na minha frente me perguntaram como iria dar aula. Respondi que sabia explicar a matéria e que o aluno deveria prestar atenção. Perguntaram: O que você vai fazer se um aluno te chamar lá atrás? Respondi: simplesmente, irei até lá. O outro médico falou alguma coisa, com a mão na boca. Disse-lhe que não havia entendido. Ele me perguntou: se você não me entende, como vai entender os alunos? Respondi: se o senhor tirar a mão da boca irei entendê-lo. Ele assinou, dando autorização para que eu pudesse trabalhar como professora.

Sou deficiente visual e auditiva, mas dei aulas para crianças ouvintes. No primeiro dia de aula mostrei aos alunos a minha força de vontade não só para transmitir conhecimentos, mas também para construir algo novo. Eles aceitaram. Quando alguém batia na porta me avisavam. Quando soava o sinal de aula também me avisavam. Houve um intercâmbio entre nós, uma ajuda recíproca na sala de aula.

No Paraná, onde também fiz concurso, foi difícil passar pela junta médica. Tive a graça de, na semana do excepcional, poder conversar com o Governador e expor o meu caso. Ele disse que no seu Governo haveria igualdade dentro do Estado. O médico teve de assinar, permitindo que eu desse aula.

Atualmente, sou professora em Curitiba, no colégio estadual só para surdos. Pela manhã, dou aulas para os alunos de 5ª à 8ª série. À tarde, faço um trabalho de formação humana com os surdos, repassando-lhes os conhecimentos que não conseguem entender ou não adquiriram pela falta de audição, de maneira que possam ter cultura elevada e nível de integração social maior.

Alguns de vocês devem estar se perguntando como consigo falar, como o meu português é bom, como consegui estudar e trabalhar se sou deficiente auditiva e visual. A resposta é uma só: a cada um de nós Deus dá um dom. Este é o meu. A minha forma de agradecer a Deus é colocando esse dom a serviço dos outros.

Agradeço às pessoas que souberam acreditar em mim, no meu potencial, que me deram aquela força, aquele incentivo e me mostraram um caminho de contribuição na construção de um mundo melhor.

Agora vou ao tema que me foi proposto: Construção da cidadania do surdo. Primeiramente precisamos saber, através do surdo, o que é melhor. Quem é o surdo, conhecer pelo menos um pouco da sua cultura e depois visualizá-lo no convívio com a sociedade. Mas o mais importante é vê-lo feliz, participativo na construção de uma sociedade melhor, onde o amor seja a chave do relacionamento humano. Quem é o surdo? Alguém que não capta o significado do som, principalmente o som da voz humana. É alguém que procura compreender a mensagem saída dos lábios que se movimentam e tantas e tantas coisas escritas em todo e qualquer lugar - livros, revistas, jornais, propagandas. É alguém que tem um coração, que quer amar e ser amado. Ele sonha com amigos, seja surdo, seja ouvinte. Tem seus ideais - um emprego, família, participação na vida social. Preocupa-se com o que acontece ao seu redor e também almeja a paz. Seus olhos são também seus ouvidos. Suas mãos, seu corpo escreve no ar sua mensagem, indagações, questionamentos, respostas, enfim, comunicação. A cultura do surdo, da pessoa que nasceu surda ou ficou surda em tenra idade, centraliza-se na comunicação visual, na gestual, complementada pela corporal, com uma estrutura particularíssima própria da sua cultura. Conversando com o surdo percebe-se o seu jeito de ser, de contar os fatos, de fazer críticas positivas ou negativas. É uma mensagem que muitas vezes, saída dessa linguagem, toca as outras pessoas, porque percebe-se que dentro do Brasil, apesar da língua portuguesa ser a língua oficial, para nós, surdos, nossa língua é a LIBRAS, a gestual. O português, para nós, é uma segunda língua materna que nem todos nós assimilamos. A linguagem do surdo, muitas vezes com um simples gesto, vale uma frase inteira dita pelos ouvintes. Às vezes, uma palavra ou um gesto quer dizer um assunto grande. Enquanto as pessoas ouvintes têm que falar 15 minutos para explicar um assunto, um surdo explica em 5 minutos. Visualizar o surdo, conviver no dia-a-dia corresponde a conhecer sua cultura. Ao respeitar o seu jeito de ser, aprenderemos a amá-lo. As pessoas ouvintes, ao primeiro contato com o surdo, recuam. Não conheço! Quem é? Digamos que o medo aparece, mas à medida que vai conhecendo e aprofundando seu relacionamento, descobre uma nova cultura, um novo jeito de ser dentro da pátria brasileira. Descobrimos que dentro da nossa pátria existem muitas e muitas culturas - a cultura indígena, a cultura do negro, a cultura dos imigrantes. Mas existe uma cultura pouquíssimo conhecida que é a do surdo. Quem a conhece sabe o quanto é profunda e quão imensa é a riqueza existente nela.

O tema que me foi sugerido, a construção da cidadania do surdo, vem em ao encontro de algo muitíssimo almejado por todos nós, surdos e ouvintes. Nosso caso nada mais é do que uma unidade entre a cultura do surdo com a cultura do ouvinte. Respeitar uma e a outra, sabendo conviver com as duas sem eliminar esta ou aquela, reconhecendo a riqueza de uma e da outra, sabendo valorizar uma e outra. Isso chama-se enculturação. Esse é um caminho de paz, de progresso social, de integração vivida na convivência social da diversidade.

Gostaria muito que, na medida do possível, cada um de vocês pensassem um pouco nas palavras que eu disse. Também sou surda. Além de ter procurado estudar sobre quem é o surdo, quem é o cego, quem é o deficiente mental, quem é o deficiente de aprendizagem, quem é o deficiente físico, procurei viver a realidade de cada um deles. Mas nunca deixei o ouvinte de lado porque vivemos dentro do mesmo Brasil, cuja língua é o português e vi que faz parte do mesmo povo. Não existe um povo surdo e um povo ouvinte, existe uma cultura só dentro da cultura brasileira, as outras culturas que vieram da cultura do negro, do índio, do europeu, do italiano, alemão, japonês, que nos trouxe a diversidade. O povo brasileiro é um povo unido, é um povo que ama, mas que precisa conhecer a cultura do outro dentro da sua própria pátria. Que este ciclo de debates possa dar essa oportunidade de uns e outros se conhecerem melhor. De minha parte, agradeço o convite para expor o assunto

e, na certeza de que como cidadã brasileira, estou contribuindo para a construção de uma sociedade melhor, porque sinto que não sou apenas uma cidadã do Brasil, sou cidadã do mundo, porque podemos contribuir para todas as regiões do mundo, mostrando o que o Brasil pode fazer na unidade. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Janete Maria Ferreira

Bom-dia a todos. Agradeço imensamente o convite. É um prazer estar aqui representando a Secretaria Municipal de Belo Horizonte. Quero parabenizar a Assembléia, na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite, que vem dar ouvidos a uma causa muito importante que é a inserção do deficiente auditivo no mercado de trabalho. Vou me ater à experiência que temos tido na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte com a absorção de vários deficientes auditivos e de como tem sido isso ao longo dos últimos dez anos. O serviço que recebemos dos deficientes é um serviço de digitação, e eles são contratados através de uma cooperativa. Essa inserção começou por volta de 1992. Temos essa aproximação há aproximadamente dez anos. Ela começou com um contrato com essa cooperativa, através do convênio da PRODABEL, que era a empresa de informática do município, no período de 1993 a 1995. Depois, foi estabelecido um convênio próprio com a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 1995. Para falar um pouco da dimensão dessa locação de digitadores, temos por volta de 100 deficientes auditivos que trabalham não só no prédio central da Secretaria de Saúde, mas também regionais.

Em Belo Horizonte temos nove regionais que correspondem a nove distritos sanitários, que são as áreas de saúde dessas regionais. E o serviço desses digitadores está relacionado com a estruturação de bancos de dados da Secretaria. São bancos de dados de nascidos vivos, óbitos, produção de consultas médicas e atendimentos ambulatoriais. Os digitadores fazem a digitação desses bancos e participam de algumas atividades administrativas como a digitação de ofícios, de planilhas. Eu poderia falar que temos, nessa parceria, duas fases. Na primeira, que vai até por volta de 1995, não tínhamos experiência em inserção do deficiente auditivo no trabalho. Eles chegaram por intermédio desse convênio inicial com a PRODABEL, e não recebemos nenhuma adaptação nem preparação. Essa inserção foi feita de forma não planejada, e percebemos que havia uma inexperiência dos trabalhadores ouvintes na relação com os deficientes auditivos. E ocorreu que se passou a tratar dos deficientes auditivos com algumas prerrogativas em relação aos outros trabalhadores. Ou seja, era como se tivéssemos que ter maior tolerância com os deficientes auditivos do que com os trabalhadores em geral. Com isso, fornecemos, ao longo do tempo, algumas benesses, e a qualidade do trabalho caiu. Com isso, começamos a ter problemas nesse relacionamento. Ou seja, fomos mesclando o que era deficiência com o que era baixa qualidade. Como achávamos que deveríamos ter uma tolerância maior porque o trabalhador tinha uma deficiência, começamos a misturar as duas coisas, como se a baixa qualidade no trabalho tivesse relacionada com a deficiência. Chegou-se a um ponto em que o trabalhador com deficiência foi visto como um trabalhador ineficiente. Isso estava ligado à tolerância. Achávamos que os portadores de deficiência deveriam ter uma série de benesses e tolerância.

E, com o passar do tempo, intuitivamente, percebemos que havia um erro nessa relação. O deficiente auditivo tem de ser tratado como um trabalhador qualquer, ouvinte ou não. De forma intuitiva, então, começamos a perceber que não havia uma relação entre a ineficiência do trabalho e a deficiência auditiva. A partir daí, começamos a tratar o deficiente auditivo como um trabalhador, exigindo-lhe as mesmas atitudes e a mesma produtividade que todos os trabalhadores têm de apresentar. Então, começamos a segunda fase, em 1996, na qual estamos até hoje, crescendo com esse convívio. Começamos a exigir dos trabalhadores com deficiência auditiva a mesma produtividade dos demais, sendo avaliados da mesma forma.

Quando precisavam de um treinamento, providenciávamos e estabelecíamos regras e metas, com avaliações periódicas. Com isso, percebemos que algumas pessoas estavam inadaptadas e não atingiam a produtividade pretendida. Por meio dessa cooperativa, muitos trabalhadores foram substituídos. Quando digo isso, sinto um temor, porque as pessoas podem entender que estar pedindo a substituição de um trabalhador seja uma maldade. A partir desse processo, ficamos com os que realmente se adaptaram. Com isso, a qualidade do serviço prestado pelos deficientes aumentou muito. E a avaliação geral, feita na Secretaria do Trabalho, do deficiente auditivo, atualmente, é muito melhor. Percebemos que, nessa primeira fase, havia um certo preconceito, porque pensavam que, devido à sua deficiência, o trabalhador teria de ter prerrogativas e de ser tratado com tolerância. Isso prejudicou muito o nosso relacionamento.

Atualmente, temos obtido resultados efetivos e bastante interessantes.

Trabalhamos com uma integração muito boa com os deficientes. Começamos a perceber aspectos peculiares nos trabalhadores surdos, ou seja, que conseguem fazer coisas para as quais os ouvintes têm maior dificuldade. Surpreendemo-nos muito com a forma com que fazem uma tarefa. Ficamos acostumados com o nosso processo "normal" de trabalho e temos convivido com pessoas muito interessantes, que nos têm ensinado bastante, através de outros métodos, características e até aspectos especiais.

Podemos dizer que algumas pessoas surdas são até insubstituíveis, porque percebemos que têm uma capacidade muito além do que podemos prever. Concluindo, percebo, nos dez anos de experiência na Secretaria - e é a mensagem que gostaria de deixar - que o trabalhador deficiente auditivo deve ser tratado da mesma forma que qualquer outro.

Não é salutar que se enxergue o trabalhador deficiente como um trabalhador especial e se dêem a ele prerrogativas diferentes das de outros trabalhadores. Com relação à questão da cidadania e de se encarar o deficiente auditivo como trabalhador, não pode haver esse preconceito, porque todo trabalhador deficiente auditivo merece ser tratado da mesma forma que qualquer outro trabalhador da organização ou da empresa. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia.

Debates

O Sr. Presidente - Vamos dar início às perguntas e estimulamos também os que queiram fazê-las a que se dirijam a um dos microfones, que estão no Plenário. Do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, Madalena Garcia faz pergunta para Fabíola Fernanda: "O Centro Integrado de Apoio ao Deficiente tem acompanhado concursos públicos, verificando se são respeitados o número mínimo de vagas para deficientes e a inserção deles na instituição? Há quantos deficientes auditivos aprovados em concurso público até agora?".

A Sra. Fabíola Fernanda do Patrocínio - Com relação a sua primeira pergunta sobre a fiscalização da lei, não é nossa competência - e acredito que não é de nenhum órgão que faz colocação de pessoas com deficiência - fiscalizar. Hoje o que temos no SESI-CIRA é uma parceria com a DRT e outra com o Ministério Público. Ocorrem casos de acompanharmos algumas empresas ao Ministério, mas não as fiscalizamos.

Quanto à outra dúvida, em relação ao concurso público, não tenho informação. Hoje, dessas 70 empresas clientes do CIRA, todas são empresas privadas. Não trabalhamos com a questão do concurso. Com relação às empresas privadas, hoje, em três anos, conseguimos colocar nelas uma média de 310 pessoas. A estimativa é de 20% de pessoas surdas.

O Sr. Presidente - O Sr. Gilberto Fernandes Meira faz a seguinte pergunta a Adriana: "Gosto da FENEIS, etc., mas quero um salário melhor". Essa questão está relacionada com o emprego, a necessidade de trabalho e a melhoria salarial de quem já trabalha, através desta inserção do surdo no mercado de trabalho".

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - Fico muito satisfeita em ver que o Sr. Gilberto se identifica com a FENEIS e goste. Apesar de trabalhar na FENEIS, estou aqui como gestora de pessoas. Não estou representando a FENEIS.

O Sr. Presidente - A Sra. Maria das Dores Dias faz uma pergunta sem indicar a quem: "Sou mãe de surdo. Somos muito discriminados nos ônibus, por motoristas e cobradores. Até quando?".

A outra pergunta é de Cleunice Rocha Dias: "Até quando vamos ficar sem intérprete nas escolas. Moro em Contagem e estudo em Betim". São perguntas que versam sobre o mesmo tema. Adriana poderia responder às perguntas?

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - Belo Horizonte tem intérprete numa escola municipal e em duas escolas estaduais. Betim tem intérprete numa escola municipal. Acho que a FENEIS poderia entrar em contato com a Prefeitura de Contagem para saber como disponibilizar intérprete para sala de aula numa escola municipal, em Contagem. Mas aqui não estou representando a FENEIS. Gostaria de saber se Rodrigo Malta, que representou o Presidente da FENEIS, se encontra presente. Como ele não se encontra presente, levo, para a FENEIS, todas as solicitações de vocês.

O Sr. Presidente - Pergunta para Adriana, de Lúcia Justino da Silva, mãe de surdo: "Moro em Ibitité, minha filha estuda em Betim, em virtude de faltarem intérpretes na escola de Ibitité. Gostaria de saber por que não há intérprete, pelo menos em uma escola da região".

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - Temos algumas pessoas que moram em Ibitité e trabalham em Belo Horizonte. Sei que é um pouco longe mas temos conseguido disponibilizar vagas independentemente da distância. Talvez Ibitité não tenha intérprete devido ao pequeno número de surdos existentes na localidade. Provavelmente, essa deve ser a razão, mas seria interessante entrar em contato com a Prefeitura devido à grande importância da educação.

O Sr. Presidente - Pergunta para o Sr. Romeu, de uma pessoa que não se identificou: "O senhor se referiu a uma mobilização ampla nas empresas. Qual o método mais eficaz? Visitas particulares, apresentando à empresa as vantagens de se contratar um portador de deficiência, palestras, etc? Percebemos ainda grande barreira por parte das empresas, principalmente se houver necessidade de adaptações. Como transpor essas barreiras?".

O Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Ainda existe bastante preconceito, porém, mais do que isso, há a desinformação. Os empregadores de hoje são mais conscientizados, informados, têm uma visão social mais ampla do que antigamente. Mesmo assim, não conhecem a legislação, a realidade do potencial de trabalho dos surdos, e há uma série de desinformações. A mobilização de que falo dá-se a partir de várias frentes. Por exemplo, no Espírito Santo, haverá um encontro de profissionais de RHs, no qual proferirei palestra. Há uma atitude muito sincera e desejosa dos RHs de implementar a inclusão profissional, modificando as empresas para receber maior número de deficientes. Outra frente são os ciclos de palestras, artigos em revistas e jornais, divulgação do assunto pela mídia. Temos que aproveitar todas as frentes para educar o público, democratizando conhecimento e experiências. Poderá parecer que a luta dos surdos é pequena, isolada, mas há outros movimentos com a mesma preocupação, qual seja a de mudar a mentalidade e a atitude do público em geral e do público específico em cada sistema social, por exemplo as empresas. A lei é importante. Estamos numa Casa de leis. Mas é preciso que tenhamos algo mais do que lei. É preciso que tenhamos a oportunidade de mudar de atitude, conhecer uma nova realidade em relação aos surdos.

O Sr. Presidente - A Sra. Maria pergunta: "Precisamos de um advogado para surdos porque alguns têm problemas relativos a divórcio, ações trabalhistas, questões jurídicas, que precisariam de um advogado com conhecimento da LIBRAS". Respondendo a essa pergunta, informo que assumi, na Assembléia, as causas relacionadas com os surdos. Diante dessa pergunta, comprometo-me a fazer contatos com a Defensoria Pública de Minas Gerais. Fui Secretário de Justiça e Direitos Humanos no primeiro ano do Governo Itamar Franco. Comprometo-me a verificar a possibilidade da contratação de advogado especialista, que tenha conhecimento da LIBRAS, para atender os surdos de Belo Horizonte num primeiro momento. Faremos o possível para que, no interior do Estado, nas cidades-pólos: Montes Claros, Uberlândia, Governador Valadares, Juiz de Fora, a Defensoria Pública também destaque um advogado, com conhecimento, da língua de sinais, para prestar atendimento especializado aos surdos. Temos muito que fazer. Recentemente assumimos essa causa. Fomos procurados pelas entidades de Belo Horizonte ligadas aos surdos e só a partir daí assumimos a causa. Passamos a nos interessar pela luta dos deficientes auditivos. E temos muito a conquistar ainda. A questão, por exemplo, de ter advogado especialista que conheça a linguagem de sinais é necessidade que, até então, ninguém, talvez, tenha pensado. E é realmente necessário. O surdo precisa de um advogado que o entenda, que possa conversar com ele. E ele tem dificuldades.

Proponho-me, neste trabalho que estou exercendo aqui na Assembléia, a fazer um contato com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - que dirigi quando Secretário de Justiça -, para criarmos em Belo Horizonte e nas cidades-pólos, de início, esse atendimento especializado aos surdos.

Pergunta da Vera Lúcia Maia, da COPAVI: "É necessário que haja contratação também de intérpretes para os surdos no atendimento público de dentistas, hospitais e médicos". É realmente necessário. Fica como um alerta.

Também Magda faz referência à necessidade do trabalho de interpretação na televisão. Realmente não há lei que obrigue as emissoras de televisão a fazer isso, mas deveria haver. Toda programação deveria ter essa interpretação. Essa lei não pode ser criada aqui na Assembléia, porque o deveria ser em âmbito nacional.

Conforme todos sabem, existem certos noticiários, em certas emissoras, que já têm um sistema apropriado de "close caption". A pessoa pode acessar esse serviço, conforme o tipo de aparelho de TV. O noticiário do Jornal Nacional já é assim. Há, também, a parte escrita para pessoas com deficiência auditiva, mas muitos outros programas interessantes não podem ser acompanhados por pessoas com problema de surdez.

"Para a educação que todos queremos, trabalho, educação na área médica é importante ter ajuda do intérprete, porque não sei falar". São afirmações, como esta de Vanessa do Nascimento, que chegam aqui mais como uma contribuição e muitas vezes até mesmo como protesto das pessoas que têm essa deficiência e não têm oportunidade de falar sobre ela. Se alguém da Mesa quiser fazer algum comentário sobre o que acabamos de dizer, esteja a vontade.

O Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Com relação a intérpretes da língua de sinais, cito um exemplo brasileiro, real, de Goiás, onde sou consultor também. Lá em Goiás temos intérpretes de língua de sinais em todos os momentos, em todas as escolas, porque implantamos cursos de LIBRAS em todo o Estado de Goiás. São cursos abertos não só para pessoas que querem se tornar intérpretes de LIBRAS, mas também para instrutores e professores de sala de aula que querem aprender e pessoas que não vão fazer nada disso, mas querem ter o domínio de LIBRAS para uso pessoal com amigos, parentes ou vizinhos e poder conversar com pessoas surdas, mesmo sem ter um desses três cargos que citei.

Qualquer que seja a situação, a minha experiência é de que os pais - casos os surdos sejam crianças pequenas ainda - têm um papel muito importante, e os próprios surdos - se forem adolescentes ou adultos -, para, juntamente com outras pessoas, que não precisam ser deficientes, fazerem pressão, se fizerem presentes, mostrarem a todos que existe essa necessidade. Não esperem que o intérprete de língua de sinais caia do céu, que alguém vá, simplesmente, dar esse intérprete. Isso tem de ser conquistado com muita pressão, mostrando fatos e números de pessoas surdas em todos os lugares. Basta que uma pessoa seja surda e ela tem todos os direitos, como, por exemplo, de intérprete de língua de sinais. Não precisamos esperar juntar 30 surdos para haver um intérprete. Precisamos ter intérprete já com o primeiro surdo que aparecer. Obrigado.

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - Só complementando, com certeza, apenas um surdo já justifica a presença do intérprete. A comunidade pediu muito pela janela no horário eleitoral. Encaminhamos correspondência a todos os partidos que participam desta eleição, para candidatos a Presidente e a Governador, mas recebemos resposta apenas de um partido. Encaminhamos solicitação, mostrando a importância para a comunidade do exercício da cidadania, do direito à informação, à livre escolha. Juntamos alguma legislação sobre o assunto e encaminhamos, ao TRE, e a resposta que tivemos foi que o TSE havia impugnado, que essa legislação não valia.

E os surdos estão sem intérprete no horário eleitoral. E eles querem saber das propostas, querem saber o que os candidatos têm a oferecer, o que fazem, o que querem fazer, o que já fizeram, mas não estão tendo essa oportunidade.

O Sr. Presidente - Também esse é um assunto oportuno. Eu, que sou do PMDB, também candidato à reeleição, pedirei que a programação do PMDB tenha essa interpretação, porque o surdo quer se inserir na sociedade e, para se informar, precisa tomar conhecimento das mensagens, o que será possível apenas por meio da LIBRAS.

Alguém nos traz uma notícia boa: "Sou de Betim, e a cidade tem intérprete em quatro escolas municipais". Portanto, a cidade está de parabéns. Passamos a palavra a mais uma participante e pedimos que se identifique.

A Sra. Ana Maria Portugal - Sou fonoaudióloga e trabalho com surdos. Minha pergunta é para o Dr. Romeu. O senhor disse que a questão do trabalho passa pela educação. Como o senhor se referiu muito à inclusão, gostaria de saber qual a sua compreensão da situação do surdo. O indivíduo ouvinte, quando vai para a escola, já tem o domínio da língua oral e irá adquirir uma segunda língua, a escrita. No caso da criança surda, normalmente, ela não tem o domínio de língua alguma, comunicando-se por meio de uma linguagem espontânea, doméstica. Se a escola é de surdos, com 6 ou 7 anos, a criança começará a entrar em contato com a língua de sinais, porque estará convivendo com outros surdos. A criança surda não tem oportunidade de aquisição espontânea da língua como a ouvinte, por não ter ambiente propício para tal, já que os pais, geralmente, são ouvintes. Como o senhor vê, então, essa inclusão, levando-se em consideração esse contexto, que é real? A maioria de nossos alunos chegam até nós sem portar língua alguma, o que é importante para a aquisição da língua escrita.

O Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Irei reportar-me à experiência real de Goiás, que realizamos há quatro anos, incluindo surdos. A escola inclusiva é uma escola regular do Estado, do município ou particular que se torna inclusiva. Isso significa que um aluno surdo de qualquer idade entrará no nível adequado a seu conhecimento. Cada escola tem um projeto chamado Comunicação, e é importante que todos alunos surdos e ouvintes participem dele, para melhorar a comunicação por meio da LIBRAS.

Como a senhora disse, principalmente nas primeiras séries, o surdo ainda não adquiriu a língua portuguesa, que, assim, passa a ser sua segunda língua. Já que a classe inteira sabe LIBRAS, assim como os professores, e obrigatoriamente há um intérprete de sinais na sala de aula, o aprendizado da língua portuguesa se torna natural nesse ambiente. É isso que vem ocorrendo, há quatro anos, em Goiás.

A Sra. Ana Maria Portugal - O senhor concorda que a aquisição da língua exige pares, os iguais? Eu, por exemplo, como ouvinte, adquiri a língua, espontaneamente, no convívio com minha mãe e meu pai, ouvintes, e outras pessoas. Normalmente, o estímulo maior vem do adulto.

Há ainda a questão da identidade nesse contexto educacional, além do desenvolvimento do indivíduo. Na verdade, estou querendo discutir a questão da escola regular para surdos e a da escola inclusiva regular, no caso do ouvinte, e também a importância dessa escola regular, a fim de que o currículo seja realmente igual, para que o surdo possa competir com o ouvinte que esteja na mesma série, equiparado. Nesse ponto, vem a questão da língua e da importância do ambiente estimulador para sua aquisição espontânea, ou seja, vem a importância dos pares, dos iguais.

O Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Estou falando de todo o Estado de Goiás. Em Goiânia, vários alunos surdos já pertencem a associações de pessoas com o mesmo problema. Já no interior, não existem essas associações, e as crianças são surdos isolados. Quando o surdo já faz parte de uma associação, não perde esse contato, apenas vai para a escola inclusiva e, em outro horário, estará em contato com seus iguais. Assim, é garantida a aquisição, ao mesmo tempo, para todos os ouvintes e também para os surdos.

Em muitas escolas em Goiás, há mais de um surdo em cada sala de aula. Já vi até três, mas não porque são surdos e tiveram que ficar juntos na mesma sala, mas porque, por acaso, estão no mesmo nível escolar.

E eles não perdem o contato com a comunidade surda, o que ajuda demais. Para eles é um fator a mais ser surdo, pertencer à comunidade surda, manter toda uma identidade e, além disso, conviver com pessoas ouvintes que também sabem LIBRAS.

O Sr. Presidente - Para a Adriana, temos aqui algumas mensagens: os surdos já provaram capacidade, esforço e produtividade no mercado de trabalho. Por que a FENEIS não oferece um salário mais digno ao trabalhador surdo?

Do Renato José Nascimento Cruz, curso de LIBRAS. Sou surdo. O importante é o amor. Sou feliz. Tenho vontade de ajudar os intérpretes, porque surdo velho não interpreta.

O Renato de Brito Nunes pergunta sobre o curso de LIBRAS. Ele é surdo e precisa desse curso.

Vou passar a palavra à Adriana, para que possa responder a essas indagações.

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - A FENEIS é uma prestadora de serviço terceirizado. Geralmente, trabalhamos com o primeiro emprego.

Vamos ao número que o Presidente do IPSEMG deu: de 154 vagas preenchidas, parece-me que 72 foram substituídas. Não seguramos ninguém. Ensinamos a trabalhar, acompanhamos, treinamos, orientamos. Os surdos sabem disso. Se a pessoa consegue outra oportunidade, seja na área privada, seja por meio de uma promoção, fazemos de tudo para ajudá-la a conquistar esse espaço.

Como prestador de serviço, estamos trabalhando com o primeiro emprego. Quem coloca o preço, o salário que vai ser pago é a própria

empresa. Sempre estamos tentando reajustá-lo. Em janeiro, a FENEIS deu 18% para todos os funcionários surdos que prestam serviço no IPSEMG. Acredito que o salário não seja tão baixo. Espero que nenhum dos funcionários surdos trabalhem só pelo salário, mas pela satisfação de terem um emprego, de se sentirem mais produtivos, mostrando à sociedade que são capazes.

Onde aprender língua de sinais. Quais as entidades que oferecem curso de LIBRAS? Ele é oferecido pela FENEIS, pela FESEM, pela Associação de Surdos de Minas Gerais, pela Associação de Surdos de Contagem, pela Associação de Surdos de Betim. Se não me engano, ele é oferecido pela Associação de Surdos de Belo Horizonte também. Desculpem-me se esqueci de alguma entidade. As pessoas interessadas poderão entrar em contato com a FENEIS, Rua Albita 144, Bairro Cruzeiro. Se for distante, há a FESEM. A Associação de Surdos fica na Rua Ametista. A FESEM fica na Rua Campos Sales, 17, Bairro Nova Suíça. O horário de funcionamento é de 2 às 7 horas da noite, à tarde. Ela funciona também, às segundas e quartas, à noite. A Associação de Surdos fica na Rua Ametista, 25, Prado. O telefone da Associação de Surdos de Betim é 35392139. Quem quiser fazer o curso em Contagem poderá entrar em contato com a FENEIS.

O Sr. Presidente - O Carlos Eduardo Coelho Sacheto, da Associação dos Surdos de Minas Gerais, diz que ela é uma entidade sem fins lucrativos e possui, mais ou menos, 950 sócios, com uma frequência de 25%. Ali também há curso de LIBRAS, por ser de seu interesse. Foi fundada há 46 anos. Ele diz ainda que precisamos melhorar a qualidade de vida dos surdos, principalmente no mercado de trabalho, nas escolas especializadas para professores ouvintes e surdos. A associação tem o curso de LIBRAS, para ensinar os alunos surdos, como nas escolas normais. Dessa forma, poderão formar o mercado de trabalho dos surdos, porque hoje o desenvolvimento do surdo é lento. Ele faz um esclarecimento sobre a oferta que a Associação dos Surdos de Minas Gerais faz àqueles que têm deficiência auditiva.

Diversas pessoas escreveram parabenizando e agradecendo esta Assembléia e este Deputado pela realização deste evento: Andréa Costa dos Reis, Leandra Rosa da Silva, Rosinet Faria Venâncio e Luciana Silva de Oliveira; acharam-no muito importante. Em nome da Assembléia, agradecemos e colocamo-nos à disposição.

Quero abordar uma questão exposta há pouco sobre a inserção de surdos aqui na Assembléia. Disseram-me que a pergunta viria; não veio, mas quero comentar o assunto. Por que a Assembléia, até o momento, não tem o número desejável de deficientes, de modo geral, e, muito menos, de surdos, em especial? Conversei com o Diretor-Geral da Casa, Sr. João Franco, sobre a possibilidade de colocar para trabalhar nesta Casa pessoas com deficiência auditiva. Ele demonstrou muito interesse e informou-me de que não sabia que havia essa solicitação. Está querendo, em nome do Presidente, Deputado Antônio Júlio, inserir aqui pessoas com deficiência auditiva, pois com outras deficiências já temos trabalhando na Casa, infelizmente, menos do que a lei exige.

Como disse anteriormente, a partir do final do ano passado, assumimos essa causa dos deficientes auditivos de Minas Gerais. Hoje, sou porta-voz dessa causa. Estou fazendo um trabalho de valorização dos surdos no mercado de trabalho, e a Assembléia tem de dar exemplo. A partir de hoje, vou, junto à Direção-Geral e à Presidência desta Casa, fazer gestões para que, no cumprimento das exigências legais de inserção dos deficientes no trabalho, a Assembléia de Minas seja um exemplo e esteja à frente. Entre esses deficientes, é preciso destacar também a presença dos surdos.

Como foi falado aqui - e é provado -, os surdos têm a deficiência auditiva, mas têm outras eficiências que se sobrepõem, e que seria um ponto positivo, uma grande vantagem para a Assembléia ter esses profissionais atuando em suas diversas áreas. Vamos, por meio da palavra do Diretor-Geral, João Franco, começar um trabalho diário para a inserção desses profissionais nesta Casa.

Pergunto se há mais questões a serem levantadas. Coloco os microfones à disposição dos debatedores, se quiserem fazer alguma consideração final.

O Sr. Romeu Kasumi Sasaki - Pelos relatos, pelas perguntas, ficaram claras várias coisas. A história da não-promoção na carreira de um surdo numa empresa. Claro, acompanhando a promoção haveria novos salários, de acordo com o nível que vai alcançando. Tenho encontrado empregadores que têm a seguinte postura: "Já fiz muito em contratar, ainda querem que aumentem o salário?". Vejam, na cabeça desse empregador, já fez o que tinha de fazer, contratou. Acha que o surdo não precisa participar de nenhum programa de desenvolvimento, de treinamento, de promoção na carreira, de melhoria de salário. Já encontrei uma empresa que ficou, por exemplo, com uma moça que foi colocada há dez anos na mesma função, com o mesmo salário. Ela tem vergonha e medo de pedir aumento, porque o empregador tem a seguinte postura: "Posso mandar você embora, não mandei, estou segurando-a há dez anos, e ainda quer aumento? Não vou fazer isso". A moça jovem tem medo de perder o emprego e submete-se a isso, sem aumento de salário e na mesma função. Não temos de brigar só pela contratação, temos de mudar todo o conceito do que é emprego na vida de uma pessoa, não importa se é surda ou não. Temos de tratar esses casos com bastante dignidade.

Cuidado! Muitos empregadores acham que surdo só serve para trabalhar em lugar ruidoso, porque é surdo mesmo, não escuta. Ninguém gosta de trabalhar em lugar barulhento, então coloca-se o surdo. Há empregadores que os procuram para colocar nessa função. Há pessoas que ficaram surdas por causa do emprego barulhento; não o eram anteriormente. O surdo continua recebendo o impacto do barulho ambiental, não é porque é surdo que não vai acontecer nada, sua saúde é prejudicada. Cuidado com esse negócio de rotular surdo como alguém bom para trabalhar em lugar barulhento.

A Sra. Adriana Meirelles de Mello - Complementando o que o Sr. Romeu falou, ouvi uma frase, na semana passada, que resume bem o que propomos: "A inserção no mercado de trabalho e de consumo trazem um resgate maior, o da cidadania".

A Sra. Janete Maria Ferreira - Reforço também o que o Sr. Romeu falou. A nossa luta não deve ser só pela inclusão no mercado de trabalho, mas também para que o trabalhador surdo tenha a mesma qualificação e tratamento, porque quando se dá um emprego ao trabalhador ouvinte, fica claro que essa pessoa terá treinamento, metas e será avaliada e, conseqüentemente, progredirá dentro da empresa. O que nos falta é tratar o profissional deficiente como um profissional, não como uma pessoa que terá prerrogativas diferentes. Acho que é isso que nos falta. Quando, de fato, trabalhamos com deficientes, achamos que terão tratamento diferenciado, isso é um grande equívoco. Acho que se enxergarmos o deficiente como um trabalhador qualquer, isso passa a fazer parte daquele contrato de trabalho.

A Sra. Fabíola Fernanda do Patrocínio - Após este debate, concluo que ainda temos pela frente o grande desafio de superar muitas barreiras, dificuldades que ainda existem, como a falta do intérprete em vários setores. E espero que todos sejam agentes de mudanças no espaço em que vivem, mesmo que tudo o que possa fazer seja reivindicar. Em eventos como este, deixo sempre esta mensagem, pois as mudanças sociais acontecem em longo prazo, e o fato de estarmos discutindo essa questão já é um caminho para a inclusão.

O Sr. Presidente - Ao final deste debate, queremos agradecer aos participantes, aos que permaneceram no Plenário e aos que nos acompanharam através da TV Assembléia.

Quando apresentamos o requerimento para a realização deste debate, o nosso desejo inicial foi dar prosseguimento à discussão das questões relacionadas com os deficientes auditivos. Em dezembro do ano passado, fizemos um debate sobre a educação dos surdos e agora sobre a inserção deles no mercado de trabalho. A intenção é despertar a sociedade para a existência de um contingente tão grande de deficientes auditivos que sofrem discriminações cruéis, pois sua deficiência não é evidente como outras, infelizmente os surdos não têm nenhuma indicação de surdez e sofrem limitações que os impossibilitam de exercer algumas das funções básicas. Como a própria sociedade não percebe

sua deficiência, não pode facilitar seu acesso a determinados serviços. Essa deficiência tem que ser compensada com a atuação de todos nós. Esta Casa, a partir do final do ano passado, começou a debater a questão dos surdos, que representam quase 2% da população mineira, um contingente muito grande que exige a atenção das autoridades. A inserção dos surdos no mercado de trabalho pode ser resumido na frase que foi exposta pela Adriana, de que contratar o surdo não é uma boa ação, mas um bom investimento. As empresas devem despertar para essa realidade.

Entidades como o IPSEMG já o fizeram; esperamos que outras instituições, públicas e privadas, também percebam o grande negócio que é ter o surdo inserido no mercado de trabalho, valorizando-o como ser humano, digno e dono de todos os direitos insculpidos na Constituição Federal.

Como autor da iniciativa deste debate, agradeço novamente a todos que o acompanharam até este momento e coloco-me à disposição como Deputado, candidato à reeleição, e, sendo reeleito, continuarei nesta Casa lutando a favor do segmento dos deficientes auditivos, prioridade em meu trabalho. Continuaremos a representar nesta Casa essa expectativa de valorização dos surdos e peço a todos que compreendam a necessidade de que esta Casa continue ampliando esse debate a favor daqueles que necessitam dessa assistência, os deficientes auditivos do Estado de Minas Gerais.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 260ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 17/9/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e votação de Proposições: Inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.218; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado João Leite; encerramento da discussão - Registro de presenças - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.246; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; encerramento da discussão - Existência de quórum para votação - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.152; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.196; votação do veto ao art. 18 e ao parágrafo único do art. 23; chamada de votação secreta; manutenção; votação do veto ao § 1º do art. 20 e ao art. 26; chamada de votação secreta; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.216; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.231; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.237; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.251; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.218; chamada de votação secreta; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.246; chamada de votação secreta; manutenção - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2001; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.623/2001; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.329/2002; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.214/2000; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 6; votação da Emenda nº 7; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.773/2001; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2001; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.945/2002; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.987/2002; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.988/2002; apresentação das Emendas nºs 2 e 3; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com as emendas à Comissão de Fiscalização Financeira - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2001; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.375/2001; aprovação na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.013/2002; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pastor George - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### 1ª Parte

##### Atas

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum para votação, mas que o há para a discussão dos vetos constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.218, que proíbe o lançamento do nome de mutuário do Sistema Financeiro da Habitação com prestações em atraso no cadastro dos serviços de proteção ao crédito. Designado relator em Plenário, o Deputado Rogério Correia solicitou o prazo regimental para emitir parecer. Na ausência do Deputado Rogério Correia, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa novo relator o Deputado Márcio Kangussu. Com a palavra, o relator, Deputado Márcio Kangussu, para emitir seu parecer.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, o meu parecer é o seguinte:

## PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 15.218

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 90, c/c o art. 70, da Constituição Estadual, opôs veto total à Proposição de Lei nº 15.218, que proíbe o lançamento do nome de mutuário do Sistema Financeiro da Habitação com prestações em atraso no cadastro dos serviços de proteção ao crédito.

As razões do veto foram encaminhadas a esta Casa por meio da Mensagem nº 213/2002, publicada no "Diário do Legislativo" de 8/8/2002. O veto não foi apreciado pela Comissão Especial instituída para tal fim, por motivo de perda de prazo. Cumpre-nos, agora, analisar a matéria para apreciação do Plenário.

Fundamentação

O Chefe do Poder Executivo opôs veto total à proposição, fundamentando seu ato em razões de vício de constitucionalidade, qual seja a violação da regra de distribuição de competências aos entes federativos. Esclarece, pois, que não compete ao Estado erigir norma dispensando mutuário do Sistema Financeiro da Habitação - SFH - do registro cadastral nos bancos de dados do tipo "serviço de proteção ao crédito".

A questão sob análise envolve direito do consumidor, tema abordado no art. 24 da Constituição da República, no qual estão relacionadas as matérias submetidas à competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. A proposição vetada tem como destinatário imediato os organismos de proteção ao crédito, que ficariam impedidos de "cadastrar e veicular informações" sobre débitos de consumidor referentes ao SFH.

Em que pese ao mérito da proposta, que realmente atenderia a uma demanda social significativa, verificamos que a proposição extrapola o raio de abrangência da competência estadual. É que a aferição da competência deve reverenciar o princípio da predominância do interesse, que, neste caso, é nacional.

Observe-se, nesse sentido, que tanto os bancos de dados de que trata a proposição, quanto o próprio Sistema Financeiro da Habitação têm repercussão nacional. A introdução da pretendida norma no ordenamento jurídico estadual seria, portanto, contraditória com a orientação constitucional vigente.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto total oposto à Proposição de Lei nº 15.218.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Para discuti-lo, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Se o cidadão mineiro, que tem acesso ao crédito da casa própria, direito constitucional de todos os brasileiros, ficar inadimplente terá o seu nome nos diversos cadastros de inadimplência. Então, Sr. Presidente, temos de ficar atentos à possibilidade de legislar dos Deputados, pois percorrem todo o Estado e vêem a precária situação em que vive a população. Novamente, temos a proposta de um Deputado desta Casa, vetada pelo Governador do Estado, pois ela pretende defender o cidadão de Minas Gerais que tem uma dívida com o Sistema Financeiro da Habitação. A idéia do SFH é a de cumprir algo que está determinado pela Constituição, dando ao brasileiro o acesso à habitação. Mas o Governador apela justamente para a Constituição e diz que o Deputado Estadual não tem competência para legislar sobre essa matéria específica. Ora, se a Assembléia Legislativa de Minas Gerais não tem competência para legislar sobre algo relacionado à vida do cidadão mineiro, temos de rever o seu papel.

Apelo novamente para que se realize um ciclo de debates e para que venham a esta Casa o Presidente da UNALE e os Presidentes de Assembléias Legislativas do País a fim de discutirmos sobre a competência dos Deputados Estaduais para legislar. Não tenho dúvida de que devemos legislar sobre essa matéria, em defesa do cidadão mineiro, que muitas vezes, por força da política econômica, encontra-se desempregado, sem ter como pagar ao sistema financeiro habitacional, ao Banco. Pois bem, a Assembléia Legislativa propõe que o nome desse cidadão não vá para um cadastro de inadimplentes, mas o Governador do Estado entende que o Deputado não tem competência para defendê-lo. De minha parte, entendo que temos competência, sim, para defender o cidadão de Minas Gerais.

Nesta breve discussão que faço, quero encaminhar pela rejeição do veto do Governador. A Assembléia Legislativa precisa dar um grito de independência não desta Casa, mas do povo mineiro. Quero saber se a Câmara dos Deputados está, nessa matéria específica, defendendo o cidadão de Minas Gerais, pois a Assembléia tem essa responsabilidade. Encaminho, portanto, pela rejeição do veto, esperando que os demais Deputados se posicionem da mesma maneira e que todos estejamos ao lado do cidadão mineiro.

Vejam que os Bancos, que, no primeiro semestre deste ano, tiveram um lucro líquido de R\$9.500.000.000,00, pretendem colocar o nome desse cidadão mineiro em uma lista de inadimplentes. Assim, encaminho contrariamente ao parecer que ouvimos, pois entendo que, se mantivermos esse veto do Governador, estaremos votando contra o cidadão de Minas Gerais. Portanto, espero que esta Casa mantenha a sua coerência, acompanhando o que discutimos ainda neste ano sobre a competência da Assembléia para legislar; espero que esta Casa realmente assumo o seu papel no Estado em defesa do cidadão mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

## Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nesta Casa, dos alunos da Escola Estadual Fernando Otávio, de Pará de Minas, e dos alunos da Escola Santo Tomás de Aquino, de Belo Horizonte. Sejam bem-vindos.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.246, que concede aos servidores administrativos da Secretaria da Saúde o Adicional da Gestão SUS e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Mauro Lobo solicitou o prazo regimental para emitir parecer. Na sua ausência, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa novo relator o Deputado Bené Guedes. Com a palavra, o relator, Deputado Bené Guedes, para emitir seu parecer.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, o meu parecer é o seguinte:

### PARECER SOBRE O VETO parcial À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 15.246

#### Relatório

O Governador do Estado, nos termos do art. 70, inciso II, da Constituição mineira, por meio da Mensagem nº 309/2002, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 15.246, que concede a servidores administrativos da Secretaria de Estado da Saúde o Adicional da Gestão SUS e dá outras providências.

Expirado o prazo da Comissão Especial para emitir o parecer a que se refere o art. 222 do Regimento Interno, cumpre a este relator proceder à análise da matéria, o que passo a fazer em seguida.

#### Fundamentação

O projeto de lei original, ao tramitar nesta Casa Legislativa, recebeu aperfeiçoamentos que são importantes e procedentes, beneficiando um universo mais amplo de servidores e corrigindo distinções e injustiças.

A Emenda nº 29 à Constituição da República impõe um maior gasto em saúde por parte do Estado. Entendo que esses recursos adicionais podem perfeitamente cobrir o aumento de despesas decorrentes da proposição de lei aprovada.

Destarte, não posso concordar com o presente veto.

#### Conclusão

Em face do exposto, opino pela rejeição do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.246.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, há quórum para votação dos vetos constantes na pauta.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.152, que dispõe sobre o Código de Ética dos Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Doutor Viana opinou pela rejeição do veto. A Presidência vai renovar a votação do veto e irá submetê-lo a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c o art. 222 e 263, inciso II do Regimento Interno. Antes lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim" e os que desejarem rejeitá-lo votarão "não". A Presidência convida para atuarem como escrutinadores os Deputados Rêmoló Aloise e Bené Guedes e solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pastor George - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos senhores escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados. Foram encontradas na urna 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados, votaram "não" 2 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.152. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.196, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 18 e ao parágrafo único do art. 23, e pela rejeição do veto ao § 1º do art. 20 e ao art. 26. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os arts. 202 e 263, inciso II, do Regimento Interno. Em votação, o veto ao art. 18 e ao parágrafo único do art. 23, com

parecer pela manutenção. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pastor George - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados; foram encontradas na urna 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados; votou "não" 1 Deputado; houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o veto ao art. 18 e ao parágrafo único do art. 23 da Proposição de Lei nº 15.196. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado. Em votação, o veto ao § 1º do art. 20 e ao art. 26. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos senhores escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados; foram encontradas na urna 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados, votaram "não" 40 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o veto ao § 1º do art. 20 e ao art. 26 da Proposição de Lei nº 15.196. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.216, que dispõe sobre a fiscalização de envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo no Estado. Designado relator em Plenário, o Deputado Doutor Viana opinou pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os art. 222 e 263, inciso II, do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados; foram encontradas na urna 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados; votou "não" 1 Deputado; votou em branco 1 Deputado. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.231. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.237, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. Designado relator em Plenário, o Deputado Rogério Correia opinou pela manutenção do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os arts. 202 e 263, inciso II, do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - Recomendo aos senhores escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 43 Deputados; foram encontradas na urna 43 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados; votaram "não" 3 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.237. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.251, que dispõe sobre criação, autorização de funcionamento, acompanhamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação em medicina, odontologia e psicologia oferecidos por instituições de nível superior no sistema estadual de educação. Designado relator em Plenário, o Deputado Bené Guedes opinou pela manutenção do veto. Em votação, o veto ao art. 2º, ao art. 3º e seu parágrafo único e aos arts. 4º e 7º. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os arts. 202 e 263, inciso II, do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos senhores escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados. Foram encontradas 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados, votaram "não" 2 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.251. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.218, que proíbe o lançamento do nome de mutuário do Sistema Financeiro da Habitação com prestações em atraso no cadastro dos serviços de proteção ao crédito. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Márcio Kangussu opinou pela manutenção do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os arts. 202 e 263, inciso II, do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique -

Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - Recomento aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 42 Deputados. Foram encontradas 42 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 2 Deputados; votaram "não" 40 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.218. À promulgação.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.246, que concede a servidores administrativos da Secretaria da Saúde o Adicional da Gestão SUS e dá outras providências. Designado relator em Plenário, o Deputado Bené Guedes opinou pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 261, inciso X, c/c os arts. 202 e 263, inciso II, do Regimento Interno. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para votação secreta.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Mauro Lobo - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Sebastião Costa.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 43 Deputados; foram encontradas na urna 43 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados; votaram "não" 2 Deputados; houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.246. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2001, do Deputado Bené Guedes, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.429/2001 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.623/2001, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bueno Brandão o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.329/2002, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.247, de 4/6/2002, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Para discuti-lo, com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.329/2002 dá nova redação a artigo da Lei nº 14.247, permitindo a utilização, para garantia de débitos de responsabilidade do Estado, da receita proveniente dos dividendos e juros a serem auferidos pelo Estado como acionista da CEMIG.

Na verdade, trata-se de um acordo de contas que o Governo Federal teria com a CEMIG, numa dívida do Estado com a CEMIG, que teria que ser assumida pelo Governo Federal. Uma negociação, portanto, que o Governo Itamar Franco tem feito com o Governo Federal. A questão preocupa-nos e por isso apresentamos emenda a esse projeto. Ao mesmo tempo em que o projeto tramita na Casa, tramita também um projeto para o qual o Líder do Governo pediu urgência, que trata da desverticalização da CEMIG e, portanto, da divisão da CEMIG em três empresas. Temos um posicionamento contrário a ele. O processo de dividir a CEMIG ou desverticalizá-la é uma exigência que a ANEEL vem fazendo, do ponto de vista de todas as empresas elétricas, no Brasil, para facilitar sua privatização. Essa exigência da ANEEL, portanto, foi feita com Furnas, com a CEMIG, e o intuito é sempre facilitar a privatização das empresas de energia elétrica no Brasil. O próprio Governador Itamar Franco tinha-se colocado contrário a esse processo de desverticalização das empresas de energia elétrica.

Obrigado pela ANEEL a remeter projeto à Assembléia Legislativa, o Governador disse que, se fosse Deputado, não saberia como votar a desverticalização, numa clara alusão à sua posição contrária à desverticalização da empresa.

Não há motivo para dividir a CEMIG, a não ser a privatização. Acontece que estamos há poucos dias das eleições presidenciais, período em que um dos temas em debate é exatamente o comportamento do futuro Governo em relação à privatização das empresas estratégicas de energia elétrica. Se tudo correr bem, como esperamos, o modelo privatizante será derrotado nas próximas eleições, até mesmo já no 1º turno. Mesmo que não o seja, não é prudente a desverticalização, como quer a ANEEL, antes do resultado das eleições.

No presente, está sendo travado um debate público: o modelo privatizante continua ou não? Teremos um novo modelo de desenvolvimento brasileiro nacionalista ou continuaremos com o modelo do entreguismo?

Portanto, não é o momento de desverticalizar a CEMIG, já que isso serve ao modelo de privatização, a que o povo pode muito bem dizer "não" no dia 6 de outubro. O projeto não pode ser aprovado nesta Casa.

Como há interesse do Governo na aprovação do Projeto de Lei nº 2.329, que entrou agora em discussão, reuni-me com o Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, e com representantes do SINDIELETRO, para fazermos um acordo quanto ao outro projeto que já está tramitando. Não sou contrário a que o Governo do Estado faça seu acerto de contas com o Governo Federal e que os R\$900.000.000,00 do Governo Federal venham para a CEMIG. O Governo Federal deve fazer o encontro de contas com a CEMIG, e isso é útil para a empresa. Assim também entende o sindicato e o povo mineiro. Não queremos, no entanto, que o acerto de contas e a utilização dos dividendos sejam pressupostos para a divisão e a entrega da CEMIG.

Obtive do Líder do Governo a garantia de que os projetos andarão em separado. Assim sendo, retiro a emenda para que esse projeto possa andar, mas, ao mesmo tempo, solicito aos Deputados oposição firme ao outro que divide a CEMIG, uma vez que esse não é o interesse do Governador, de Minas Gerais nem da CEMIG. É claro que o Líder do Governo não pôde assumir o compromisso de que o projeto não andar, mas acertamos que o projeto não será votado a contragosto dos Deputados nem nos será imposto. Haverá, antes, muita conversa. Hoje, por exemplo, há um encontro do sindicato com a CEMIG.

Peço aos Deputados a compreensão para cerrarmos fileira e impedirmos que o projeto de desverticalização seja aprovado, mesmo que a ANEEL esteja fazendo essa exigência, que é absurda, porque pretende a privatização, e, sobretudo, porque está sendo feita num período em que o povo brasileiro está para decidir sobre a nova política nacional.

Retiro a emenda, com a convicção de que o projeto que favorece a CEMIG pode tramitar, mas o outro, que a prejudica, não. Quero a garantia de que a aprovação do primeiro não pressupõe a aprovação do segundo, que divide e entrega a CEMIG.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.329/2002 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.214/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre o acesso a recursos genéticos nativos e seus produtos derivados, a proteção ao conhecimento tradicional a eles associado no território do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com a Emenda nº 7, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 6. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do substitutivo, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 6. Em votação, a Emenda nº 7. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.214/2000 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 7. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.773/2001, do Deputado Paulo Pettersen, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Faria Lemos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.773/2001 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2001, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Itumirim. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.945/2002, do Deputado Doutor Viana, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, e modifica a denominação das vantagens pessoais concedidas aos ex-servidores da MinasCaixa. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.945/2002 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.987/2002, do Deputado Eduardo Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capetinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.987/2002 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.988/2002, do Deputado João Paulo, que altera disposições constantes na Lei nº 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. .... - Fica revogado o art. 19 da Lei nº 14.062, de 20 de novembro de 2001, ficando cancelados os procedimentos administrativos e judiciais adotados pelo Secretário de Estado da Fazenda com base no referido dispositivo."

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2002.

Rogério Correia

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. .... - Fica cancelado o crédito tributário proveniente de auto de infração que tenha como suporte o entendimento fiscal de que o procedimento adotado pelo contribuinte se faz nocivo à Fazenda Pública Estadual.

§ 1º - O disposto no 'caput' deste artigo não se aplica ao crédito exigido relativamente a período posterior à cassação do regime especial.

§ 2º - O ato de cassação será formal, com a devida publicação no órgão oficial do Estado, sob pena de sua não-eficácia.

§ 3º - Na hipótese de haver o contribuinte garantido o juízo com carta de fiança bancária, e tendo esta sido levantada sem trânsito em julgado da sentença, poderá o contribuinte apropriar-se do seu valor, mediante lançamento em sua conta gráfica de ICMS, sob o título de 'outros créditos'.

§ 4º - O valor de que trata o parágrafo anterior será corrigido pela taxa 'SELIC' ou outro índice de correção."

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2002.

Miguel Martini

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas, uma do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 2, e outra do Deputado Miguel Martini, que recebeu o nº 3, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o projeto com as emendas à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.373/2001 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.375/2001, do Deputado Agostinho Silveira, que torna obrigatórios o hasteamento da Bandeira Nacional e a execução do Hino Nacional nas escolas públicas do Estado. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.375/2001 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.013/2002, do Deputado Miguel Martini, que altera os arts. 26, 27, 29, 31 e 34 da Lei nº 11.404, de 25/1/94, que contém normas de execução penal. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.013/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 891/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 942/2000, do Deputado João Leite; 2.027/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.069/2002, do Deputado José Henrique; 2.084 e 2.183/2002, do Deputado Ivo José; 2.149 e 2.216/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.165/2002, da Deputada Maria José Haueisen; 2.180/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.181 e 2.200/2002, do Deputado Marco Régis; 2.185/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.192/2002, do Deputado Fábio Avelar; 2.196/2002, do Deputado Mauri Torres; 2.197, 2.198 e 2.204/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.201 e 2.204/2002, da Deputada Maria Olívia; 2.208/2002, do Deputado Amílcar Martins; 2.211 e 2.212/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.221/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.263/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Requerimentos nºs 3.489, 3.490, 3.491 e 3.492/2002, da CPI das Carvoarias.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 122ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 25/9/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 61ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 25/9/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 23/9/2002, em homenagem ao Instituto Metodista Izabela Hendrix.

Palácio da Inconfidência, 20 de setembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

## CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 19/9/2002, a seguinte correspondência:

Do Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura, solicitando seja examinada a possibilidade de realizar-se nesta Casa, no dia 28/10/2002, às 20 horas, sessão solene como parte das atividades comemorativas da Comissão do Centenário de Nascimento do Poeta Carlos Drummond de Andrade.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário de Assuntos Municipais, encaminhando ofícios da Secretaria de Meio Ambiente, contendo informações referentes ao Projeto de Lei nº 1.667/2001, do Deputado Fábio Avelar, em atenção a pedido da Comissão de Constituição e Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.667/2001.)

Do Sr. Marcos Tofani Baer Bahia, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, requisitando documentação que deu ensejo ao Relatório da Comissão Especial da Lista de Assinantes.

Do Sr. Luiz Francisco Silva Marcos, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.253/2002, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destinados ao Projeto Revisão do Benefício de Prestação Continuada - 3ª etapa. (- À

Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Rinaldo Junqueira de Barros, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando que esse Ministério efetuou a liberação dos recursos do convênio com o Sindicato Rural de Uberlândia. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Stanley Martins Frasão, Diretor-Presidente da Fundação 18 de Março - Fundamar, agradecendo os votos de congratulações com a Fazenda Escola Fundamar formulado por esta Casa a partir de requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Flavia Arantes Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Rinaldo de Oliveira Porfírio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 042/2002

TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/10/2002, às 15h30min, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 11/2002, do tipo "menor preço por item", destinada à contratação de serviços de transporte aéreo.

O edital poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$2,10.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

### TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas dos Municípios de Barão de Cocais, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa.

### TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Barão de Cocais). Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa.

### TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Jardim Paraíso. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensa.